



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

MARIA APARECIDA BERNARDO

**O NÃO DESEJO DE SER MÃE: UMA LEITURA A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DE
MULHERES QUE NÃO DESEJAM PASSAR PELA EXPERIÊNCIA DA
MATERNIDADE**

Palhoça

2022

MARIA APARECIDA BERNARDO

**O NÃO DESEJO DE SER MÃE: UMA LEITURA A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DE
MULHERES QUE NÃO DESEJAM PASSAR PELA EXPERIÊNCIA DA
MATERNIDADE**

Pesquisa de revisão integrativa de literatura, apresentada como trabalho de conclusão do curso de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel.

Orientadores: Prof. Dra. Alessandra D'avila Scherer

Palhoça

2022

Mulher ao espelho

*Hoje que seja esta ou aquela,
pouco me importa.
Quero apenas parecer bela,
pois, seja qual for, estou morta.
Já fui loura, já fui morena,
já fui Margarida e Beatriz.
Já fui Maria e Madalena.
Só não pude ser como quis.
Que mal faz, esta cor fingida
do meu cabelo, e do meu rosto,
se tudo é tinta: o mundo, a vida,
o contentamento, o desgosto?
Por fora, serei como queira
a moda, que me vai matando.
Que me levem pele e caveira
ao nada, não me importa quando.
Mas quem viu, tão dilacerados,
olhos, braços e sonhos seus
e morreu pelos seus pecados,
falará com Deus.
Falará, coberta de luzes,
do alto penteado ao rubro artelho.
Porque uns expiram sobre cruzes,
outros, buscando-se no espelho.*

(Cecília Meireles)

Dedico este trabalho a minha Mãe – minha força inspiradora – e a todas as mulheres da minha ancestralidade, que assim como minha mãe, não puderam se alfabetizar ou seguir estudando além do ensino básico por força de construções sócio históricas culturais e patriarcais, que determinavam o lugar da mulher na sociedade.

AGRADECIMENTOS

No decorrer deste trabalho, me deparei com questões que atravessaram a história da minha vida e me trouxeram lembranças: sou mulher e percorri muitos caminhos sobre os quais pude refletir teoricamente, por exemplo, relações amorosas e as dúvidas sobre a maternidade. A riqueza desse tema me permitiu entrar em um universo fascinante e criar um novo olhar sobre as questões que foram tão fortemente construídas em mim e também em relação à subjetividade feminina atual. Nesses anos de formação acadêmica, algumas pessoas foram essenciais para a construção desse conhecimento e apoio emocional. Sem eles não seria possível conceber este trabalho, por isso gostaria de dirigir meus agradecimentos.

A Deus e aos meus pais Antônio e Joaquina que me trouxeram à vida, e me proporcionaram muitos exemplos de coragem, ética e de autenticidade de ser, independente de ter. Especialmente minha mãe, que abriu os caminhos para que eu estudasse, enfrentando a construção social da sua época, que direcionava a mulher para outros lugares.

Aos meus filhos, Gabriela e Victor que me proporcionaram através da maternidade, construir o amor materno e vivenciá-lo buscando o melhor de mim, a minha identidade de ser mulher/mãe/profissional e a força necessária para viver e fazer viver, mesmo nos momentos mais difíceis.

Ao meu grande amor e companheiro Aloísio, que acreditou em mim, no momento em que eu não acreditava. Sem o seu amor, apoio emocional e incondicional, esta graduação não teria sido possível.

A minha orientadora Prof. Dra. Alessandra D'avila Scherer, pelas sábias observações ao longo da construção deste trabalho, pelo apoio emocional diante dos meus receios e dúvidas, por sua paciência em esperar meu tempo. Eu não poderia ter tido outra orientadora e agradeço a Deus que foi você.

A todos os mestres do meu caminho, que de alguma forma contribuíram para a minha jornada acadêmica, desde minha primeira professora até hoje, em especial aos grandes mestres professores do curso de Psicologia Unisul, cujos ensinamentos levarei na minha caixa de ferramentas ao longo da profissão de psicóloga.

Por fim, agradeço a todos os colegas da caminhada acadêmica, aos demais parentes e amigos, que de alguma forma fazem parte da minha vida e torcem por mim.

RESUMO

O presente trabalho buscou observar quais os aspectos envolvidos na decisão de algumas mulheres que não desejam ser mãe, bem como, de que forma as influências sócio-históricas culturais e míticas, exercem ação de certa forma coerciva para a maternidade, atrelando a realização feminina à maternidade e ao determinismo biológico. Deste modo, seu objetivo foi identificar como as mulheres percebem as pressões sociais e familiares para serem mães, buscando compreender os aspectos psicossociais envolvidos na escolha pela não maternidade. Realizou-se uma revisão integrativa da literatura, exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa, que visou sintetizar os resultados de pesquisas empíricas, encontradas na literatura Brasileira, sobre o tema da não maternidade e seus impactos sociais, realizadas com mulheres que declaram não desejar a maternidade. A técnica de análise dos dados utilizada pautou-se na Teoria Fundamentada nos Dados - Grounded Theory. Os resultados sugerem que a maternidade pode ser uma escolha da mulher, no entanto, o conceito de maternidade relacionado a identidade feminina ainda perdura no imaginário social, promovendo pressão e cobrança sobre as mulheres que decidiram não ter filhos, portanto, esse comportamento social atua na ambivalência de sentimentos em algumas mulheres diante da decisão e suscita a necessidade de discutir papéis de gênero e responsabilidade parental, diante da representatividade de ser mulher e da família contemporânea.

Palavras-chave: Não-maternidade. Maternidade. Mulheres. Gênero. Pressão Social. Autocobrança. Feminismo. Escolha.

1. INTRODUÇÃO

A ambivalência dos sentimentos femininos em torno da maternidade, tem despertado o interesse contemporâneo sobre esse assunto carregado de construções sociais históricas e míticas. É possível observar ao longo da história, as crescentes modificações do papel social feminino no sentido de desejar ser valorizada para além da maternidade, em suas realizações profissionais e pessoais. Entretanto, observa-se as pressões sociais históricas que as mulheres sempre sofreram para corresponder ao determinismo biológico da procriação, enfrentando uma certa coerção social, que vincula a felicidade e a realização feminina à função da maternidade (BADINTER, 1985). Um movimento contemporâneo no sentido de adiar ou ter menos filhos, bem como não desejar a experiência da maternidade, é amplamente observado, despertando pesquisas mundiais sobre de que forma a influência dos aspectos biológicos, históricos, sociais e de gênero atuam na representatividade social da maternidade, particularmente neste grupo de mulheres que contestam o determinismo biológico e histórico, afrontando de certa forma o poder patriarcal (ABOIM, 2011).

Nos primórdios a figura feminina relacionava-se com o divino através da conexão profunda com a natureza, a partir da ideia das deusas da terra, relacionando a capacidade de gerar a vida em si. Esse período foi marcado pela organização matriarcal cooperativa, que via a natureza em sua totalidade, da qual faziam parte, respeitando-a e venerando-a sem desejar dominá-la, apenas sentir-se parte dela. Por volta do ano 9000 a.c., o poder patriarcal, através de discursos ideológicos manipulados, começa a sobrepor sua força sobre o modelo matriarcal, com prováveis desejos de domínio sobre a natureza e conseqüentemente sobre as mulheres. Através do discurso religioso na concepção da história da criação, a mulher é criada a partir de uma parte do corpo do homem, por um Deus antropomorficamente masculino, gerando um símbolo de dependência da figura feminina diante da figura masculina (BOFF, 2020).

As conhecidas teólogas feministas, Riane Eisler (1995) e Françoise Gange (1997), ao fazerem um cuidadoso trabalho de releitura do livro da Gênese, observaram na história do pecado original de Adão e Eva no paraíso, as habilidades discursivas do poder patriarcal, justificando a prevalência do homem sobre a mulher, como algo atribuído ao poder divino. Segundo as autoras, a culpabilização de Eva, reforça o discurso do domínio patriarcal, além de observarem que a história remontada, utilizou-se de quatro símbolos sagrados para o poder matriarcal anterior: o primeiro símbolo é a própria mulher, que representava o sexo

sagrado que gera a vida; o segundo símbolo é a serpente, atributo de força e sabedoria; o terceiro é a árvore da vida, geradora de frutos, símbolo de renovação da vida e ligação entre o céu e a terra; o quarto elemento é a relação homem-mulher, como símbolo da sexualidade sagrada. Os símbolos usados na história remontada na Gênese, acabaram por denegrir e transformar o sentido dos símbolos religiosos de poder das grandes deusas-mães, transformando os símbolos de bênçãos em elementos de maldição. O Cristianismo posterior substituiu a árvore da vida pela cruz e por seu sofrimento redentor, o amor sagrado entre homem e mulher sofreu distorções, a feminilidade e o prazer sexual perdem sua essência para o pecado, onde a mulher se tornou alvo de inúmeros preconceitos (BOFF, 2020).

Na extensa era medieval os dados históricos de algumas civilizações ocidentais, apontam que a mulher permaneceu onde o homem a colocou e que seu papel dependia da aprovação masculina, onde o patriarcado era protagonista das decisões sociais e políticas. O lugar feminino era o ambiente doméstico e mesmo as mulheres que trabalhavam na agricultura ou na produção de tapeçarias, rendas e outros artesanatos, precisavam da mediação e aprovação do marido, portanto, a sensação de autonomia de algumas mulheres era ilusória. As mulheres da época, ainda muito jovens, estavam predestinadas aos casamentos arranjados entre as famílias, sem o amor como o conhecemos hoje e sem opção de escolha. As relações familiares eram mercenárias, pois aos sete anos os filhos saíam de casa, onde os meninos aprenderiam sobre as artes de guerra na casa de algum nobre, enquanto as meninas eram enviadas a casa de desconhecidos, onde reclusas aprenderiam atividades domésticas, como forma de se prepararem para o casamento, onde na verdade seriam compradas por algum marido (SILVA, 2019).

As relações sociais desta época recorreram a regra da exogamia, como forma de proibir o incesto e também com interesses econômicos, sociais e políticos, que favoreciam o aumento de riquezas entre as famílias abastadas. As alianças eram feitas de forma a trocar bens materiais e também mulheres, onde os arranjos eram movidos por interesses dos pais dos noivos ou da noiva, sem o consentimento ou opção de escolha. Como fator determinante e indispensável para consolidar o acordo, a mulher deveria ser virgem, fértil para procriar e fiel ao marido, sob pena de repúdio no caso da impossibilidade de gerar um filho, ou a possibilidade de ser condenada à morte no caso de cometer adultério (SILVA, 2005). Nesta época a taxa de mortalidade infantil era muito alta e o desafeto das mães em relação aos filhos era atribuído a esse fato, porém Badinter nos mostra outro viés de pensamento:

Assim, seremos obrigados a inverter a proposição: não é porque as crianças morriam como moscas que as mães se interessavam pouco por elas. Mas é em grande parte porque elas não se interessavam que as crianças morriam em tão grande número (BADINTER, 1980, p. 87).

O período medieval foi fortemente marcado pela tentativa frustrada das mulheres que buscavam outros saberes religiosos e outros conhecimentos, por outras mulheres que não se adequaram às normas sociais impostas, consideradas inadequadas, eram perseguidas pela Igreja e condenadas a queimar na fogueira. A mulher rotulada de bruxa dessa época, para além do discurso religioso, nos faz refletir sobre a construção sócio-histórica de uma mulher empoderada, que transgrediu a imposição do domínio religioso patriarcal, principalmente relacionado ao seu corpo (ROCHA; BELARMINDO; PESSANHA, 2016). A perseguição às mulheres pela inquisição, permaneceu até o início da Idade Moderna, onde a ciência com suas novas ideias, ganha força diante da igreja na sociedade do século XV, através dos impactos da medicina, onde a inquisição perde a força nos séculos seguintes. Neste período, portanto, a pregação das igrejas sobre a “divindade-mãe” da Virgem Maria, imprime sua marca na sociedade da época, sendo determinante nas funções sociais femininas relacionadas à maternidade, classificando as mulheres que se desviasse desse caminho como impuras e pecadoras (SILVA, 2019).

No século XVII, o patriarcado se sustenta no discurso Aristotélico, que inferiorizava a mulher em relação ao homem, valorizando o pensamento e a inteligência masculina, colocando a mulher como figura secundária, valorizada apenas por sua capacidade de ter um bom ventre para procriar, sendo comparada a boa terra que precisa ser semeada (BADINTER, 1985). Neste século a mulher ainda era repreendida pela Igreja que caracterizava como pecado as demonstrações de afeto pelos filhos que também não eram amamentados pelas mães (BADINTER, 1980). Neste período a mulher tinha obrigações de gerar, porém, devido a concepção de infância da época, não era sua obrigação desempenhar a maternidade, sendo considerada dispensável nos cuidados com a criança. As crianças eram entregues aos cuidados das escravas ou amas de leite contratadas. A maternidade e seus cuidados com o bebê, passaram a ser considerados importantes para o bom desenvolvimento do filho, apenas durante o século XVIII, passando a ser exaltado pelo poder do Estado, através do discurso do saber médico, onde a amamentação se tornou algo importante, bem como os cuidados e a educação exercida pela mãe, para formar o caráter da criança, ganhando também a simpatia da ideologia religiosa (ZANELLO; PORTO, 2016).

A ideologia médica inicia assim seus interesses por dominar o espaço doméstico, como lugar de cuidados e novos comportamentos, como por exemplo, reforçar o instinto natural do amor materno, impondo uma visibilidade às mulheres, mais uma vez sem o poder de escolha ou participação ativa na decisão (MENDONÇA; RIBEIRO, 2010). As funções femininas de procriar, alimentar, cuidar e educar os filhos(as), socialmente impostas e naturalizadas, são determinantes para que o título de educadora seja atribuído primeiramente às mulheres, pois além de boas mães poderiam tornar-se professoras (BADINTER, 1985). No início do século XX, por época do desenvolvimento industrial, com índice alto de analfabetismo, a sociedade demandava empregados alfabetizados, abrindo o espaço da função de educadora que a mulher já conhecia no ambiente doméstico. Através do magistério, a mulher se lança ao mercado de trabalho sem apresentar ameaça ao universo masculino, visto socialmente como um papel feminino naturalizado e submisso. Assim, ao longo da história, o corpo das mulheres tem se submetido a uma série de instituições religiosas, médicas, políticas e jurídicas, que lhes impõe a forma de viver a maternidade como se fosse um instinto inato em todas as mulheres (MENDONÇA; RIBEIRO, 2010).

Como consequência da revolução industrial e da urbanização, com a inserção da mulher no mercado de trabalho, as mulheres experimentaram as primeiras mudanças da condição feminina e as primeiras ondas do feminismo, nas últimas décadas do século XIX, portanto, no Brasil lutaram pelo direito ao voto desde 1910, conquistando definitivamente em 1932 através da aprovação do novo Código Eleitoral Brasileiro a garantia do direito ao voto (PINTO, 2009). Em 1949 a escritora e filósofa francesa Simone de Beauvoir escandaliza e provoca a sociedade com seu livro, o Segundo Sexo, que atrai muitas mulheres para a leitura de uma obra fundamentada com ideias de contestação ao “determinismo biológico”, onde afirma que ‘ser é tornar-se”, resultando em sua célebre ideia “não se nasce mulher, mas torna-se mulher”. Questiona o conservadorismo que defende a moral e os bons costumes, a família, defendendo a ideia de contraceptivos, aborto e liberdade sexual, bem como a função da maternidade. A obra de Beauvoir, tornou-se um dos ícones pioneiros do movimento feminista contemporâneo, pois oferecia elementos necessários para debater a politização das questões privadas de direito (SCAVONE, 2001).

Através das lutas que avançaram, na década de 90 são reconhecidos internacionalmente os Direitos Humanos reprodutivos e sexuais para todos, através de leis nacionais documentadas, que dispõe do direito de decisão sobre ter ou não ter filhos, direito a informação, métodos contraceptivos, direito de exercer livremente a sua sexualidade sem violência ou discriminação. Esse documento garante a todas as mulheres a liberdade sobre o

seu corpo, sua sexualidade, bem como sobre o direito de escolha para exercer ou não a maternidade (BRASIL, 2010). No entanto, a mulher contemporânea, mesmo com seus direitos garantidos, ainda enfrenta preconceitos com relação a sua decisão de não desejar a maternidade, sendo alvo de indagações, tendo sua decisão atribuída ao patológico, a uma atitude anormal, egoísta e desviante da verdadeira função feminina. As pressões sociais neste sentido, criam estereótipos sobre esta escolha, expondo essas mulheres ao constrangimento, angústia e sofrimento (RIOS; GOMES, 2009).

Diante dos recortes históricos sobre a mulher e a maternidade, de acordo com Badinter (1980), o amor materno não é uma condição inata, é uma característica que se adquire e não corresponde ao determinismo biológico ou ao imaginário mítico social. É necessário debater o mito do amor materno na sociedade contemporânea, desconstruindo a crença sócio-histórica cultural criada ao longo dos séculos. Essas crenças promovem uma exigência cruel no meio feminino, uma coerção psicológica para quem não deseja desempenhar um papel imposto como predestinação.

A busca bibliográfica referente ao tema, foi feita a partir das bases de dados PEPSIC, SciELO, LILACS e Portal CAPES, no período de abril a maio de 2022. Foram utilizadas no campo de busca, diversas palavras, onde algumas foram pesquisadas separadamente e outras combinadas entre si, sendo elas: não-maternidade, maternidade, mulheres, gênero, escolha, filhos, feminismo, pressão social e autocobrança. No total foram encontrados 247 trabalhos com os termos utilizados nas buscas, porém, observou-se que algumas publicações se repetiam, em formato de teses e artigos, entretanto, o número de trabalhos selecionados que correspondiam especificamente a proposta da presente pesquisa foram 27 no total, os quais variam entre os anos de 2003 e 2022. Os trabalhos encontrados na sua maioria dividem seus objetivos de pesquisa entre a representatividade social da não maternidade, buscam identificar e problematizar as influências socioculturais na decisão pela escolha de não ter filhos, visam compreender as novas configurações familiares e o comportamento feminino contemporâneo, entretanto, são minoria os trabalhos dedicados à atenção da saúde mental dessas mulheres não mães por escolha.

Diante do acima exposto, o projeto de não desejar ter filhos e as implicações sociais e de saúde mental que circulam essa decisão, parecem pouco explorado no âmbito da pesquisa científica, destacado por Rios e Gomes (2009a), como um tema ainda pouco estudado no Brasil, tendo predominância de artigos publicados em contextos internacionais. De acordo com as supracitadas autoras, fatores atuais como a diminuição da taxa de natalidade, o envelhecimento populacional e a representatividade da maternidade, sinalizam a necessidade

de desenvolver novas políticas sociais, bem como uma maior produção de conhecimento científico, para que as questões contemporâneas neste sentido, possam ser melhor compreendidas, cujos elementos constituintes remetem ao social, ao biológico e ao psicológico. Ainda existe uma deficiência de pesquisas e temas que abordem a saúde sexual e reprodutiva, inclusive para profissionais da área da saúde (MEDEIROS *et al.*, 2014).

Este trabalho propõe compilar informações, acerca das percepções das mulheres em torno da experiência de “não” maternidade, contribuindo para uma maior atenção à representatividade social deste grupo, por parte das políticas de saúde da mulher, onde o atendimento se volta prioritariamente à saúde reprodutiva, fato que acaba por reafirmar que o ideal feminino de realização completa, somente se dá para as mulheres que vivenciam a maternidade (BIFFI; GRANATO, 2017). Na prática, a teoria de realização plena sobre a maternidade é bastante discutível, tendo em vista as implicações decorrentes desta escolha. A obra polêmica “Mães arrependidas” de Orna Donath, 2017 (p. 227), desafia o senso comum em pergunta feita no epílogo: “qual é o propósito de dar voz às mães arrependidas?” onde subentende-se que a resposta seja gerar possibilidades de reflexão para a mulher sobre o seu real desejo de exercer a maternidade ciente da inerência que a experiência implica.

As mulheres que decidem pela não maternidade, negando as representações socioculturais que dominam o ideal de mulher, ainda são consideradas anormais, no entanto, Badinter (1985), faz refletir sobre a não universalidade relacionada ao desejo de ser mãe, quando problematiza que ter um filho é “a decisão mais perturbadora que um ser humano é levado a tomar na vida”. Quando uma mulher relata ter insatisfação na maternidade ou declara não querer ser mãe, sofre a reação da reprovação social, vista como uma anomalia, como se o amor materno fosse inerente ao gênero feminino.

Segundo o sociólogo Zygmunt Bauman, na era da “modernidade líquida”, está cada vez mais difícil educar um filho, pois trata-se de um vínculo que exige uma relação sólida, de muita afetividade e responsabilidade, corroborando com a teoria Psicanalítica de Winnicott (1999), que aponta o desenvolvimento infantil marcado fortemente pela presença da função materna, sendo a saúde mental do indivíduo construída na díade mãe-bebê e atrelada aos cuidados recebidos pelo bebê nos primeiros meses de vida. Além da responsabilidade de gerar, muitas mulheres temem não conciliar carreira profissional, relacionamento amoroso, situação financeira e afazeres domésticos com a maternidade (HERNANDEZ; HUTZ, 2009). Sendo assim, diante de uma mulher que decide ou não ser mãe, deve ser observado entre as variáveis que circulam a sua decisão, a responsabilidade social que significa gerar e cuidar de

um bebê, onde sua decisão compulsória pode acarretar implicações de saúde para os sujeitos mãe-bebê, estendendo-se às vezes aos demais sujeitos da família.

Embora os avanços dos últimos tempos tenham trazido algumas modificações no comportamento social no que refere às mulheres, ainda há muito trabalho a fazer sobre a carência de informações em vários assuntos que envolvem saúde física e mental, como por exemplo: gravidez indesejada, depressão pós-parto, abortos inseguros, mortalidade materna, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), direitos de reprodução entre outros. (MEDEIROS *et al.*, 2014).

Dar visibilidade a essas questões, conhecendo melhor o que a produção científica traz como pesquisas em torno desse assunto, favorece a oferta de subsídios para a elaboração de ações preventivas, educativas e interventivas no âmbito da Psicologia. Portanto, essas informações podem contribuir para a formulação de políticas públicas que abarquem as questões geradas em torno da experiência da maternidade e do comportamento sócio-histórico, cultural e mítico sobre a mulher e a maternidade. Buscar desenvolver espaços para dialogar sobre a escolha pela não maternidade, é essencial para as mulheres que passam por sofrimento psíquico, diante dos preconceitos e pressões sociais e necessitam de acompanhamento psicológico.

Diante do exposto, questiona-se quais são os aspectos psicossociais envolvidos pela escolha de não desejar passar pela experiência da maternidade, portanto, neste trabalho foi traçado o objetivo geral de: compreender os aspectos psicossociais envolvidos na escolha pela não maternidade a partir da literatura científica Brasileira; e para responder tal questão traçamos os objetivos específicos: 1) observar como as mulheres que não desejam ter filhos percebem as pressões sociais, familiares e a autocobrança relativa à maternidade; 2) identificar quais repercussões psicossociais atreladas a decisão pela não maternidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A maternidade é associada a um conjunto de crenças sócio-histórico-cultural, com repercussões biopsicossociais no universo das mulheres e da sociedade. Desde que o capitalismo se organiza baseado no modelo de família nuclear, ainda está socialmente implícito que o cuidado com as crianças é de responsabilidade das mulheres. Os discursos históricos de origem patriarcal com apoio da mídia, muito contribuíram para que a figura feminina fosse atrelada ao simbolismo da mulher-mãe, vinculando sua completude à maternidade, entretanto, estudos demonstram a relevância e o destaque social e profissional

de algumas mulheres não-mães, que enfrentam o julgamento social optando por decidir seu destino com relação ao desejo ou não pela maternidade (SCAVONE, 2001). A maternidade não deve ser vista como algo negativo, entretanto, a mulher precisa conhecer sua história, ter o direito de decidir sobre o seu corpo, sem culpa, ter direito ao sentimento de completude desvinculado da experiência de ser mãe. O desejo de ter um filho deve ser genuíno e consciente, pois caso a escolha não seja bem elaborada, poderá trazer sérias consequências para os sujeitos envolvidos (ESTEVES; SANTOS, 2022).

2.1 FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES DA MATERNIDADE

O desenvolvimento físico e emocional de uma criança é constitutivo da saúde mental do indivíduo, essencialmente nos primeiros meses de vida, através de um ambiente facilitador para esse desenvolvimento, proporcionado especialmente pela mãe (WINNICOTT, 1999). Deste modo: “É preciso levar em conta a variedade das formas das famílias contemporâneas e interrogar o que muda em relação à maternidade, ao desejo de ter um filho, ao lugar da criança no inconsciente materno, ao exercício da função materna” (MARCOS, 2017, p. 247). Nesta direção, o sujeito se constitui primordialmente através dos cuidados dispensados a ele, por seus responsáveis enquanto bebê, observando a importância do campo social que o precede e sua história familiar, cultural, bem como, o desejo dos pais, definindo seu lugar de sujeito a partir das relações afetivas, corporais e simbólicas entre cuidador-bebê na primeira infância (KUPFER, *et al.*, 2009).

O dicionário Aurélio define a maternagem como uma técnica psicoterapêutica, cujo objetivo é estabelecer uma relação entre o terapeuta e a paciente, semelhante àquela entre uma “boa mãe” e seu filho. Isto nos possibilita compreender a maternagem como a atenção dispensada ao cuidado de uma criança, ou seja, estar presente desde o nascimento do bebê, pois ele precisa estar em contato com a mãe, principalmente pelo toque, pelo olhar ao amamentar. Segundo Winter e Duvidovich (2004), para Winnicott, a maternagem é uma forma de a mãe cuidar do filho de forma boa e protetora com cuidados que incluem o suporte das necessidades fisiológicas e todo o investimento de afeto, onde a mãe transmite limites e proteção ao filho criando possibilidades para que ele sobreviva diante de um novo ambiente que pode ser considerado hostil. Neste sentido, enquanto a maternidade é tradicionalmente permeada pelo parentesco entre mãe e filho, a maternagem baseia-se no vínculo afetivo de cuidado e aceitação da criança pela mãe ou outras pessoas, de modo que na contemporaneidade, essa função foi dividida com babás, pais, avós ou outros membros da

família, sendo importante ressaltar que, independentemente de com quem se estabeleça esse vínculo, eles devem proporcionar à criança toda a segurança necessária ao seu bom desenvolvimento.

A maternidade pressupõe funções e atribuições específicas a começar pela gestação, que na espécie humana tem duração aproximada de trinta e nove semanas. O corpo feminino neste processo passa por inúmeras transformações, como por exemplo o aumento dos seios e do volume do útero, alterações hormonais, endócrinas e circulatórias. Podem ocorrer também alterações de humor e mudanças psicológicas e sociais de acordo com a gestante (SANTOS, 2012). Os processos psicológicos gestacionais que repercutem no estado emocional da gestante, podem estar ligados a inúmeros fatores, entre eles problemas com sua família de origem ou cônjuge, medos e expectativas de corresponder ao papel da mãe ideal, de família ideal, cuja crença reflete o seu contexto sócio-histórico (ESTEVES; SANTOS, 2022).

Nos últimos meses de gravidez, as mães com boa saúde mental, normalmente desenvolvem a capacidade empática de atender satisfatoriamente o bebê em suas necessidades, porém, não ocorre com todas as mulheres grávidas, sendo que algumas não conseguem se identificar com o bebê inicialmente, entretanto, a falha materna nessa fase suscita reações que prejudicam o "continuar a ser" do bebê (WINNICOTT, 2000). Ao falar de maternidade, faz-se necessário observar de forma simplificada, sobre a teoria Psicanalítica de transmissão psíquica geracional, que versa sobre o legado recebido pela criança desde o seu nascimento, da história, dos valores e crenças familiares, que se inscrevem e estruturam no psiquismo do bebê, sendo importante para o seu desenvolvimento. Estes conteúdos podem inscrever-se de forma adaptativa, positiva ou negativa, dependendo do contexto familiar e suas relações transgeracionais. Na contemporaneidade, algumas patologias e sofrimentos psíquicos podem ser atribuídos ao vínculo geracional intersubjetivo e a conexão entre família, fantasias, segredos e a herança mítica familiar, denunciando psicodinâmicas familiares conflituosas (CARNEIRO, *et al.* 2011), [...] Assim, a própria história e a história das gerações anteriores têm grande influência em todo o processo da maternidade e da paternidade” (SANTOS, MOTTA, 2014). A interação familiar é, portanto, algumas vezes uma expressão coletiva inconsciente criada como mecanismo de defesa da própria unidade familiar, onde inviabiliza qualquer movimento individual e coloca seus membros num desenvolvimento de intercâmbio patológico (MEYER, 1987).

A gestação e o parto para além do evento biológico, é também um evento social, envolvendo família e comunidade, onde a mulher deve ser a protagonista. Para a mulher que se torna mãe, este período pode ser marcado por ansiedades e preocupações, principalmente

quando se trata do primogênito. Os profissionais de saúde neste contexto, são extremamente importantes, porém, é esperado que sejam coadjuvantes no sentido de apoio e orientação nos momentos críticos, bem como na realização do parto com a maior segurança possível para mãe e o bebê. No entanto, no terreno prático a mulher perdeu seu protagonismo para a institucionalização do parto onde se tornam reféns de profissionais da saúde no sentido de questionar a segurança do parto normal frente ao parto cirúrgico com argumentos de ser cientificamente mais rápido, seguro e com menos dor. Muitas vezes diante das argumentações técnicas do médico a mulher fica impotente em decidir qual o melhor tipo de parto (BRASIL, 2008). O Brasil ocupa o segundo lugar, com 59% de partos cesarianas, entre setor privado e público, sendo que a recomendação da Organização Mundial de Saúde é de 15% de partos cirúrgicos em relação aos partos normais (OLIVEIRA, *et al.*, 2022).

O puerpério compreende seu início no parto, com a expulsão da placenta, e tem seu término relacionado à amamentação e a primeira menstruação após o parto, observando que não tem um prazo determinado, não ocorre da mesma forma para todas as mulheres, interdependente de um contexto geral da mulher junto a maternidade. O pós-parto é um período intensamente marcado por alterações físicas, emocionais, hormonais, caracterizado por ambivalência de sentimentos entre alívio e euforia, ansiedades, medos e alegrias, necessitando de atenção e cuidados psicológicos. Algumas mães vivem um momento de muito alívio e autoconfiança diante do parto concretizado e o bebê saudável, outras, porém, vivem o medo de não conseguir amamentar ou de não ser uma boa mãe, bem como, a decepção diante do bebê-real e o filho idealizado perfeito (STRAPASSON; NEDEL, 2010). Antes mesmo do nascimento, o bebê é colocado como cúmplice da satisfação parental, que deposita nesta relação objetos ambivalentes, bons e ruins, de ordem interna, íntima e inconsciente, oriundos da família de origem. (MEYER, 1987).

A construção do vínculo no puerpério é essencial para o desenvolvimento do apego, pois ao nascer o bebê é desafiado a usar suas habilidades senso-perceptivas e adaptar-se no ambiente extrauterino, por sua vez, a figura materna também precisa adaptar-se às necessidades do recém-chegado, cuja ambientação depende dos seus estímulos. Quando os recursos necessários chegam através da mãe ou do cuidador para o pleno desenvolvimento do bebê, o mesmo se separa de forma saudável, constituindo sua identidade através do apego mãe-bebê (SILVA; PORTO, 2016). Deste modo, um ambiente com cuidados satisfatórios auxilia o bebê a “ser” e a desenvolver-se, ultrapassando os conflitos naturais de cada etapa, experimentando a espontaneidade dos movimentos e das sensações do seu corpo (WINNICOTT, 2000). Nesta etapa, a amamentação deve ser destacada, como experiência

importante na construção do vínculo saudável, no entanto, o ato de manipular e segurar o bebê tem um efeito de importância igual ou maior do que a amamentação, sendo ambas as ações nutritivas e vitais a saúde do recém-nascido (WINNICOTT, 1999). Passados os primeiros meses de vida, a natureza da relação entre a mãe e a criança, se dá de acordo com cada etapa do ciclo vital, interdependente das variáveis do contexto psico socioeconômico em que mãe e filho(a) estão inseridos (CAVALCANTE, *et al.* 2017).

2.2 MITO DO AMOR MATERNO

Durante um período da história, a maternagem foi pensada inerente à maternidade, como função alusiva à natureza feminina, entretanto, alguns autores mencionam que essa fala se deve “a uma transposição social e cultural da capacidade feminina de procriar e de amamentar” (CHODOROW, 1990). A participação e a figura feminina na formação social, foi historicamente manipulada na civilização ocidental ao longo de muitos séculos. A mulher foi moldada para ser inferiorizada, submissa e ideal, de modo a corresponder aos interesses diversos da dominação patriarcal, sem preocupações com o que importava ao bem-estar do sexo feminino (FOLLADOR, 2009).

Conforme recorte histórico apresentado na introdução deste trabalho, a mulher foi associada pelo determinismo biológico às forças da natureza de reprodução da espécie. A figura feminina e a maternidade têm papel coadjuvante na história da humanidade, submissas ao protagonismo patriarcal desde o período medieval até os dias atuais, portanto, foram atribuídos às mulheres inúmeros papéis sociais reforçados pelo discurso filosófico, político e religioso. A história feminina remontada passa das matriarcas deusas-mães empoderadas na era medieval, à símbolo de pecado e tentação no mito cristão de Adão e Eva, bem como, [...]na idade média no século XII, à Virgem Maria ganha destaque, passando a representar o ideal de mulher pura, assexuada, capaz de conceber sem pecar (FOLLADOR, 2009). Reclusas no mundo doméstico como procriadoras, sem poder escolher seus maridos ou conviver de forma saudável com seus filhos, eram queimadas na fogueira como bruxas, as mulheres que ousaram ser diferentes da imposição do papel imposto pelo patriarcado, até o início da idade moderna (ROCHA; BELARMINDO; PESSANHA, 2016). Desse modo, o interesse por uma história das mulheres surgiu aos poucos. Isso é devido a um lento processo que põe em destaque no final do século XIX, principalmente para a antropologia histórica, o papel da família como “célula fundamental da sociedade” (FOLLADOR, 2009).

Na literatura existem revisões históricas (CHODOROW, 1990, BADINTER, 1985, DONZELOT, 1986) que apontam a aclamação do amor materno, como fato histórico recente na civilização ocidental, onde o vínculo materno denominado como “natural” e “instintivo”, foi na verdade construído e mitificado a partir do século XVIII, principalmente pelo viés do discurso médico e político. Como aponta Badinter (1985), após 1760 por época da revolução industrial, as publicações exaltavam o “amor materno” e o valor natural da maternidade, incentivando as mulheres a cuidar da prole e adquirir novas atitudes diante dos filhos. Particularmente na Europa, havia a preocupação com um suposto declínio populacional que poderia trazer prejuízos econômicos de acordo com estudos demográficos deste período, com apoio da ciência e do poder médico que ganhava força e colocava seus holofotes sobre o cuidado com a família. Corroborando com essas ideias de acordo com Donzelot (1986), neste período havia críticas de interesse econômico social a duas ações interligadas e responsáveis pelos altos índices de mortalidade infantil: a prática da criação de filhos da sociedade abastada pelas amas de leite e o abandono de crianças em hospícios pelas camadas carentes da população. Por um lado, o investimento do Estado nos hospícios, não retornava a mão de obra para o trabalho, visto que os sujeitos internados não chegavam na idade adulta, por outro lado, o poder político, econômico e médico surgia com uma proposta de cuidado, orientando que as crianças ricas fossem nutridas e educadas no lar e que as mães buscassem comportamentos de dedicação integral aos filhos e a vida familiar. Neste caso deveria ser retirada a função das amas de leite contratadas, dos serviçais de criar os filhos, bem como a prática de mandar as crianças para serem educadas nos colégios internos que eram o costume da época, devendo ser educadas em casa, pela mãe.

De acordo com Badinter, 1980, a teoria de castração Freudiana, era compreendida pela sociedade predominantemente patriarcal da época, como reforçadora do discurso machista sobre a maternidade. Em 1927, o vocabulário freudiano trazia o termo “falocentrismo” como amparo para a teoria da sexualidade de Freud, como forma de organização do sistema simbólico dos aspectos figurados do órgão masculino, de essência viril, aludidos na teoria freudiana como única condição de libido no inconsciente (COSTA; BONFIM, 2014). Para Freud (1938), o apogeu da sexualidade infantil é atingido ao longo da fase fálica e, depois desse período ocorre a dissimetria entre os sexos, onde meninos e meninas seguem caminhos diferentes em relação ao complexo de castração e do Édipo. A teoria psicosexual de Freud, de forma bastante simplificada, observou que na fase fálica, a criança se dá conta de que tem um penis ou que lhe falta um. Os meninos começam a sentir ereções e desenvolvem mais interesse pelo órgão genital, porém, ao se dar conta de que as fêmeas não têm pênis, o menino

experimenta a “ansiedade de castração” com receio de perder seu órgão. Nesta fase o menino rivaliza com o pai o afeto da mãe (FREUD, 1924). Quanto ao confronto da menina com relação a diferença entre os sexos, os três ensaios de Freud sugerem que a menina sente inveja do pênis e também deseja ser um menino (COSTA; BONFIM, 2014).

Nos artigos de Freud "algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos" (1925), "Sexualidade feminina" (1931) e "Conferência XXXIII - Feminilidade" (1932), Freud traz a discussão o confronto da castração feminina, onde explica que a menina neste processo, culpa a mãe por tê-la feito castrada, renunciando a mãe como objeto de amor e dirige seu amor ao pai. Quanto ao desejo feminino de ter um pênis, a teoria freudiana argumenta, que a concretude da situação feminina se dá, quando substituída pelo desejo de ser mãe e observa que a entrada da menina no Édipo é marcada na busca pelo pai, supostamente por ser portador de um falo, podendo lhe dar o filho como uma substituição do objeto de desejo(falo). Assim sendo, para Freud, a maternidade seria a forma de alcançar a feminilidade e de superar de forma saudável e normal o complexo feminino de inveja fálica (COSTA; BONFIM, 2014). Neste sentido, Badinter (1980), faz algumas indagações acerca da teoria do complexo de castração proposto por Freud, que afirma haver uma experiência trágica para a menina neste processo que a marcará por toda a vida, porém tal afirmação nunca foi demonstrada concretamente, e caberia investigar se ocorre e porque ela ocorre. “Se o fato de ser viril é um fenômeno que coloca o homem superior a mulher, deveria haver uma forma de demonstrá-lo” (BADINTER, 1980, p. 332), de modo contrário, o julgamento da inferioridade feminina é equivocado, pois, essa atribuição de inferioridade ao sexo feminino, se deve a uma exaltação da excelência do falo, apesar da noção de inveja do pênis, no complexo de castração feminino não oferecer provas concretas (COSTA; BONFIM, 2014).

Em 1980, foi Elisabeth Badinter com sua obra *Um Amor Conquistado*, que levantou calorosas discussões, quanto ao amor materno instintivo ser um mito, e a exaltação da função materna uma construção social mítica, sendo que a experiência da maternidade, não é igual para todas as mulheres. Fomos condicionados a um modelo social de instinto materno naturalizado, nos últimos três séculos e que não há nada de anormal com as mulheres que não sentem esse amor e o desejo pela maternidade. No século XXI as mulheres que colocam a maternidade em segundo plano ou não investem nela, afrontam a sociedade ainda predominante patriarcal e machista, que não observa o fato de que embora muitas mulheres anseiam pela maternidade, essa não é uma realidade unânime e não deve ser imposta (BADINTER, 1980). A autorrealização vinculada à maternidade e o desejo feminino inerente ao instinto materno naturalizado, quando confrontado com a história demonstra o quanto as

mulheres estão submetidas a um mito (RESENDE, 2017). O sentimento materno pode ou não existir, ser frágil ou forte, pode-se amar todos os filhos ou preferir um, pode existir e desaparecer. Tudo está dependente da história da mãe e do contexto histórico. Não há uma regra universal para a maternidade e nem a inerência do amor materno às mulheres. “É um amor construído e conquistado” (BADINTER, 1980, p. 367).

É necessário traçar um paralelo entre o mito do amor materno e a “maternidade compulsória”, termo que na contemporaneidade vem sendo usado no meio feminista trazendo reflexões importantes para que a mulher possa compreender, que muitas vezes a escolha pela maternidade está permeada mais por uma coerção social, do que propriamente pelo desejo de ser mãe (DE BRITO, 2021). Portanto, a maternidade como fator cultural, pré-estabelece socialmente seus valores, deveres, responsabilidades e até vontades, onde a mulher fica privada de exercer sua autonomia. Muitas mulheres estão conscientes da ação coerciva implícita na cobrança social diante da maternidade, entretanto, outras acabam cedendo ao desejo do outro e não percebem sua ação como uma condição inconsciente. (SCAVONE, 2001).

Nesta direção, as mulheres se casam, engravidam e experimentam o vazio de uma existência desprovida de um desejo próprio, para corresponder a um desejo familiar e a uma expectativa social. No caso de um arrependimento pela escolha inconsciente, a mulher será recriminada de qualquer forma, seja pela decisão do aborto, seja pelo reconhecimento de seus sentimentos aversivos diante da maternidade. Enquanto o caráter machista predominar na sociedade, a mulher será alvo de opressões (SCAVONE, 2001). Nesta perspectiva, o fato é que muitas mulheres não querem abrir mão da importância de seus planos para exercer a maternidade (MELLO, 2016). As mulheres ainda hoje, em sua grande maioria, impregnadas pela força da construção histórico religiosa, percebem o “instinto materno” como um amor divino e sagrado, sinônimo de realização completa e amor verdadeiro, sem perceberem que não passa de uma forma de coerção, que impulsiona as mulheres a serem mães. A maternidade está ancorada em um conjunto de práticas socioculturais que direcionam a mulher à maternidade sem que de fato represente uma escolha (BADINTER, 1980).

2.3 MOTIVAÇÕES PARA NÃO MATERNIDADE

A maternidade e as atividades domésticas que antes ocupavam quase todo o tempo das mulheres, agora divide espaço com muitas outras atividades onde a mulher pode estar inserida. Ser mãe na contemporaneidade traz realização para a mulher, entretanto, há muitas

outras formas de realização feminina na era moderna, sendo que algumas mulheres não se realizam na maternidade. Ao ganhar espaço no mercado de trabalho, com a oferta de métodos contraceptivos e Tecnologias de Reprodução cada vez mais modernas, diante de um novo papel social, a mulher vislumbra a possibilidade de escolher adiar ou não ter filhos (SCAVONE, 2001). Entretanto, ainda observamos uma sociedade contemporânea sexista e falocêntrica, onde o aumento da cobrança social em relação a mulher, em outros níveis além dos já existentes, sendo a mulher cobrada para se destacar no ambiente profissional e para corresponder aos padrões de beleza pré-estabelecidos socialmente (MORAES, 2012).

Atualmente, muitas mulheres não se dispõem a abrir mão de seus planos em função da maternidade, portanto, não podem ser consideradas exceções à regra e não devem ser discriminadas, como se esse comportamento pudesse denunciar uma patologia (BADINTER, 1980). Um outro grande número de mulheres, equilibram os dois papéis com maestria, encontrando satisfação em exercer a maternidade e a carreira profissional, outras o fazem com muito esforço, porém, não podemos excluir a liberdade e o desejo pela diversidade de estilos de vida, pois há mulheres que não sentem prazer na dualidade dos papéis. Uma solução para a ambivalência do sentimento feminino diante da divisão entre a maternidade e a vida profissional, seria eliminar um deles, ou seja, eliminar o trabalho fora do lar, não parece uma ideia tão discriminada quanto abrir mão da maternidade (BADINTER, 1980).

Um dos fatores mais relevantes para a não-maternidade, está na sobrecarga que as mulheres enfrentam nas responsabilidades parentais. O dilema entre ser mãe, cuidar da casa, seguir uma carreira profissional e corresponder aos padrões estéticos, representa para a mulher uma sobrecarga de funções que nem sempre está disposta a enfrentar, optando por escolher uma delas. Os estudos e a crítica feminista das últimas décadas, trazem contribuições importantes sobre o “lugar da mãe” e o “lugar do pai” na sociedade e na Família. Sobre o conceito de “parentalidade”, buscam compreender os papéis sociais dos sexos, na relação do laço parental e o cuidado com as crianças, concluindo que apesar de ter havido alguns movimentos no comportamento masculino no sentido de dividir tarefas, a mulher ainda é a parte mais comprometida nas responsabilidades parentais (SCAVONE, 2001).

2.4 FEMINISMO E MATERNIDADE

No cenário contemporâneo, o movimento feminista pode ser considerado, um grande aliado na formatação das últimas décadas do século XX e os anos iniciais do século XXI. Na busca por igualdade e menos opressão, a primeira onda do feminismo surge a partir do século

XIX, com o movimento sufragista que lutava pelo direito ao voto, influenciado pela Revolução Francesa e os acontecimentos sociais da época. As mulheres usaram este cenário para questionar seu papel social, sua função doméstica e familiar, como atividade obrigatória e naturalizada e reivindicar novos direitos. No Brasil, esta primeira onda movimentou um grupo de operárias anarquistas, denominadas de “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes anexas” que reivindicavam melhores condições de trabalho para as trabalhadoras das fábricas em 1917. Essa primeira onda perdeu forças na década de 30, para ressurgir mais potente nos anos 60, onde era possível dialogar sobre as relações de poder (PINTO, 2010). Enquanto na Europa e nos Estados Unidos os movimentos libertários cresciam, o Brasil era marcado com o início do golpe de estado a partir de 1964 e o início da ditadura militar em 1968, portanto, havia sérias repressões a qualquer movimento, principalmente os feministas (PINTO, 2010). Na década de 80, com o apoio de classes mais populares, que lutavam por igualdade, o movimento feminista vive uma fase bastante ativa na volta do regime democrático no Brasil. Os mais diversos temas entraram em pauta, entre eles, o direito ao trabalho, a sexualidade, os métodos contraceptivos, a igualdade no casamento, opções sexuais, saúde materno-infantil, racismo e outros (PINTO, 2010).

Apesar de muitas lutas e avanços, chegamos ao século XXI, com grandes avanços na era tecnológica que eliminou as fronteiras da comunicação global, porém, continuamos diante de uma sociedade que preserva traços de cunho machista e sexista, denotando que uma relação mais igualitária de direitos entre homens e mulheres, ainda é uma realidade distante e requer a continuidade dos movimentos feministas. Se as mulheres tiverem mais liberdade para decidir se querem ou não ter filhos, poderão ocupar mais espaços e esse assunto encontra resistência no cenário patriarcal (SCAVONE, 2001). A oposição do patriarcado à livre escolha feminina sobre seu corpo, sobre a maternidade e a ascensão profissional da mulher, se confirma pelo pouco número de mulheres que ocupam cargos no poder público e privado, ou pela diferença salarial entre os sexos. As imposições sociais do determinismo biológico sobre o “ser mulher”, exige a sobrecarga de dupla ou tripla jornada, que as mulheres enfrentam para corresponder às tais expectativas nos papéis de mãe-mulher, donas de casa e profissionais reconhecidas. A crescente variedade dos tipos de mães e as soluções encontradas para cuidar dos filhos, vai transformando a maternidade, diante das pressões demográficas, econômicas, controlistas, feministas e o desejo das mulheres por direitos mais igualitários (SCAVONE, 2001).

O processo da gravidez para a mulher é apenas o início, impactando sua vida em todas as esferas, rumo a uma jornada desconhecida. As experiências femininas motivaram o

movimento feminista, em sua essência na busca pelo direito das mulheres e se faz importante reconhecer todas as conquistas até hoje, como o direito de votar, estudar, trabalhar fora do lar e se divorciar, podendo usufruir de uma realidade muito diferente da anterior, entretanto, ainda tem muitas questões a serem discutidas, entre elas, o direito de escolha sobre o próprio corpo e a maternidade (SCAVONE, 2001). Na era tecnológica, a decisão sobre a maternidade, entre ter ou não ter filhos, bem como, a opção de poder adiar a decisão, ganhou um novo rumo com a chegada da Tecnologia de Reprodução (conceptivas e contraceptivas), possibilitando às mulheres o rompimento com o destino inevitável designado pela maternidade. Segundo Scavone (2001), a TR abre a possibilidade de espaços para os novos conceitos familiares e novas formas de maternidade e maternagem, como o fato de poder gerar um bebê por inseminação artificial, mulheres que desejam a maternidade solo, maternagem para casais homossexuais que recorrem às mães de aluguel, entre outros casos. Como produto de dominação e relações sociais, o uso da TR despertou a atenção das feministas e das ciências sociais para observar os impactos da TR sobre a maternidade e a saúde da mulher. Neste sentido a reflexão sob a ótica de gênero, tinha como ponto principal analisar o quanto essas tecnologias davam a mulher a opção de escolha, podendo-se adequar entre a vida familiar e a vida profissional.

O fenômeno de poder escolher sobre a maternidade é algo relativamente novo e a TR foi um grande passo, possibilitando a oportunidade de observar algumas mudanças no sentido de dissociar a figura da mulher à função da maternidade, entretanto, ainda requer debate e conscientização social (SCAVONE 2001). As TR também chamam a atenção para uma nova construção histórica sobre a maternidade e sobre as formas de reprodução humana mediadas por essas tecnologias. Quando não se deseja a maternidade é possível recorrer às tecnologias contraceptivas; ao ficar grávida o parto cirúrgico se apresenta como a opção mais utilizada; ao querer ter filhos, pode-se recorrer às tecnologias conceptivas; nesta direção a reflexão social feminista dá foco para o quanto a realização da maternidade fica atrelada a um ciclo de utilização das TR e do poder médico (SCAVONE 2001).

Na recusa pelo papel passivo de ser esposa, mãe e do lar, um novo cenário de discussão junto ao patriarcado foi aberto que inclui processos sociais e psíquicos na busca pela definição do que é ser mulher. Para sua autonomia a mulher necessita apropriar-se de si, da sua liberdade e da sua afetividade para que venha a ser mais do que o Outro do homem (BADINTER, 1980). “Não é a natureza que define a mulher: esta é que se define retomando a natureza em sua afetividade” (BEAUVOIR, 1970, p. 59). todas as possibilidades que o movimento feminista trouxe para o universo feminino, não cabe mais pensar a mãe

sacrificada, masoquista e dedicada integralmente. A mulher moderna tem outras aspirações além da maternidade que podem também trazer realizações, tanto para quem deseja traçar um caminho paralelo entre a função materna e a profissional, quanto para quem não deseja ser mãe e investir em sua carreira (CORREIA, 1998).

O movimento feminista enraizado na sociedade e em suas especificidades culturais, questiona o papel da mulher contemporânea (MENDES *et al.*, 2014). Neste sentido, por estar em uma sociedade com desigualdades de gênero, a mulher de hoje pode questionar as regras, os papéis e os valores, incluindo a maternidade, independente de raça, classe ou localidade. A maternidade não é uma tarefa simples e recusá-la é menos ainda, em função desta atitude estar na contramão das construções sociais caracterizadas como "comportamento normal". Para ser colocada em prática com responsabilidade e satisfação, a mulher precisa desejar a maternidade, tratando-se de um assunto que é subjetivo e não somente biológico, deste modo, estas constatações sobre o papel da mulher-mãe, sobre as implicações da TR na saúde feminina, são partes importantes da contribuição dos estudos feministas sobre a maternidade e seus impactos biopsicossociais (SCAVONE, 2001).

3. MÉTODO

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Essa pesquisa é de natureza básica ou fundamental, como também pode ser denominada, e busca responder perguntas que contribuam para ampliar o conhecimento que possuímos do mundo. Essa forma de pesquisa científica deve ser motivada pela curiosidade, por suas descobertas que devem ser divulgadas e debatidas com a sociedade, possibilitando assim a transmissão do conhecimento (GIL, 2002). Trata-se de uma revisão integrativa da literatura que visa sintetizar os resultados da pesquisa sobre um tema ou uma questão de forma abrangente. Denomina-se integrativa porque fornece informações mais ampliadas sobre um tema/problema e, portanto, constitui um corpo de conhecimento. Dessa forma, o revisor/pesquisador pode elaborar uma revisão abrangente com diferentes propósitos, definição conceitual, revisão teórica ou análise metodológica dos estudos incluídos sobre um tema específico (ERCOLE *et. al*, 2014). Segundo Gil (1994), a pesquisa bibliográfica possui como principal vantagem, o fato de permitir investigar uma gama de fenômenos de forma bem mais ampla do que uma pesquisa que fosse feita diretamente.

É uma pesquisa de abordagem qualitativa que busca a compreensão dos fenômenos sociais a partir da relação entre os sujeitos e o seu contexto social. A característica marcante desta forma de estudo, é destacar a qualidade do objeto de pesquisa e expressar essa qualidade no conteúdo e na forma (MINAYO, 2009). A análise nesta perspectiva é feita com base em percepções, conceitos, vivências e sentidos que são singulares e não podem ser quantificáveis, mas podem ser interpretados (CRESWELL, 2010). Compreende-se que este tipo de pesquisa é fundamental para contribuir com o desenvolvimento de temas relevantes para a Psicologia, podendo ser sempre aprimorado e difundido socialmente, sem padronizações, considerando a fluência da realidade, contraditória e influenciada pelo pesquisador (CHIZZOTTI, 2013). Em relação aos objetivos deste trabalho, ela é exploratória, visando propiciar uma maior familiaridade com o problema de pesquisa, na busca por torná-lo mais claro, bem como constituir hipóteses (GIL, 2002). Portanto, a obtenção dos resultados nesta pesquisa, pretende contribuir para ampliar o conhecimento sobre a temática na literatura científica, bem como oportunizar subsídios para uma ampliação da possibilidade de intervenções com base na temática discutida. Também possui o objetivo de ser descritiva, quanto a proposta de observar e descrever os elementos que constituem o fenômeno pesquisado sem manipulá-lo. Quanto ao delineamento da pesquisa, esta é denominada bibliográfica, caracterizada por revelar explicitamente o universo de contribuições científicas de diversos autores sobre temas específicos. Em suma, a presente pesquisa quanto à sua natureza é básica; quanto ao objetivo é exploratória e descritiva; quanto a abordagem é qualitativa; quanto ao delineamento é bibliográfica (GIL, 2002).

3.2 PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO

As buscas foram realizadas nas bases de dados Portal Periódicos CAPES, Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e Periódicos eletrônicos em Psicologia (PEPSIC), consideradas como as fontes de informações científicas mais importantes na área de saúde. As buscas foram realizadas entre os meses de julho a agosto de 2022, utilizando os seguintes descritores separadamente ou combinados entre si: não-maternidade, maternidade, mulheres, gênero, escolha, filhos, feminismo, pressão social e autocobrança.

Nas buscas realizadas, foram definidos critérios de inclusão dos estudos que compuseram o “*Corpus*” de análise da presente pesquisa. Os critérios de inclusão consistem em: publicações provenientes de pesquisas empíricas, estudos que se relacionam com

mulheres que explicitamente declaram não desejar a maternidade. Quanto aos critérios de exclusão: Estudos relacionados a casais e mulheres que envolvam infertilidade.

3.3 EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

Para a realização da pesquisa, foram utilizados os seguintes materiais: caneta esferográfica e caderno de anotações. O equipamento utilizado foi: computador de uso pessoal da pesquisadora e celular, com acesso a rede de internet.

3.4 SITUAÇÃO AMBIENTE

Por tratar-se de pesquisa bibliográfica, considerou-se realizar a pesquisa com as leituras mediadas por tecnologia, livros físicos e *audiobooks*. Portanto, a escolha do ambiente ocorreu de acordo com as preferências e possibilidades da pesquisadora, priorizando ambientes livres de ruído e com boa iluminação. O ambiente era fechado, com escrivaninha, cadeira e sofá confortáveis.

3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA, REGISTRO E ANÁLISE DOS DADOS

A técnica de análise de conteúdo utilizada neste estudo pautou-se na Teoria Fundamentada nos Dados (Grounded Theory) (Charmaz, 2009). Com base em tal método, após a busca dos artigos por meio dos termos estabelecidos com o operador booleano “AND”, realizou-se a leitura dos resumos dos estudos encontrados. A seleção dos artigos, portanto, foi realizada por meio de critérios de inclusão que foram lidos na íntegra. Após uma leitura minuciosa, os extratos foram triados para corresponder aos objetivos previamente delineados, a organização e análise dos dados obtidos seguiram o desenho construtivista de Charmaz (2009).

Na fase inicial, foi realizada a codificação aberta, que consistiu em desmembrar os dados, dividi-los em partes e categorizá-los de acordo com suas especificidades. Esse processo permitiu a análise de aspectos comuns e diferenças encontradas entre os resultados dos estudos. Tal etapa gerou um total de 67 códigos. Em seguida, foi realizada a codificação axial, que consistiu em reagrupar os elementos identificados na codificação aberta para permitir que as categorias se relacionem com as subcategorias da análise. Nessa etapa, os elementos de análise foram organizados em subcategorias, estabelecendo-se por fim, 02 categorias e 06 subcategorias que serão apresentadas no capítulo.

Encontrou-se por meio das combinações com os descritores, um total de 204 artigos nas bases de dados pesquisadas. Deste total, a primeira etapa de seleção, consistiu na leitura e análise dos títulos e resumos, com objetivo de triagem dos que preenchiam aos critérios de inclusão, resultando em 31 estudos selecionados para leitura na íntegra (Figura 1). Na segunda etapa, ao aplicar os critérios de exclusão, foram eliminados 23 estudos. Assim, os artigos que compõem o corpus de análise do presente trabalho somam 8 publicações na língua portuguesa.

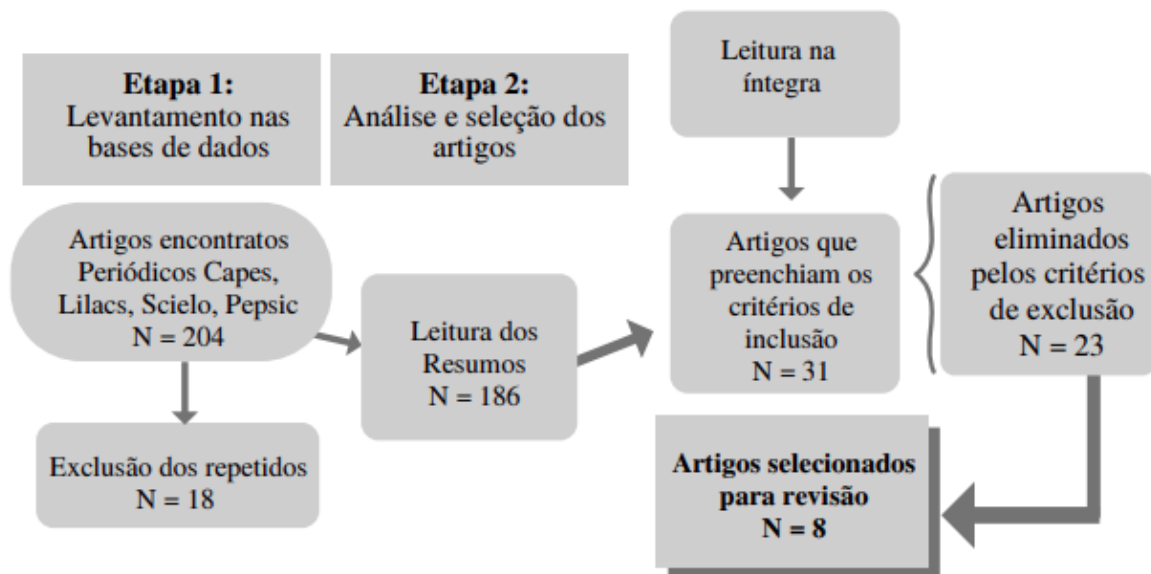


Figura 1. Fluxograma do processo de seleção
Fonte: Tabela elaborada pela autora (2022).

Caracterização dos estudos

Os quadros 1 e 2 apresentam as informações acerca dos estudos incluídos nesta revisão e a explicação dos números sobrescritos dos autores no transcorrer da análise de dados.

Quadro 1. Caracterização das informações obtidas nos artigos analisados

Artigo	Ano	Título do Artigo	Autores	Periódico
1	2012	“Tem que ser uma escolha da mulher”! Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção	Naiana Dapieve Patias; Caroline Stumpf Buaes	SciELO
2	2018	Ser mãe ou não ser: uma pressão sociocultural na contemporaneidade	Alice Anne da Costa Monteiro; Laura Freire de Andrade	RBCV Psicologia
3	2012	Ser mulher hoje: a visão de mulheres que não desejam ter filhos	Patrícia Zulato Barbosa; Maria Lúcia Rocha-Coutinho	SciELO
4	2019	Cinderela de sapatinho quebrado: maternidade, não maternidade e maternagem nas histórias contadas pelas mulheres	Almeida Machado; Cláudia M. de Mattos Penna; Regina C. Lima Caleiro	SciELO
5	2013	A não maternidade na contemporaneidade: um estudo com mulheres sem filhos acima dos 45 anos.	Daiana Quadros Fidelis; Clarisse Pereira Mosmann	Pepsic
6	2019	Casais que optam por não ter filhos: entre escolhas e expectativas.	Thais Ramos Mendes; Vinícius Tonollier Pereira	Revista Psicologia
7	2016	Família Contemporânea: estudo de casais sem filhos por opção	Carolina Caetano; Maristela Santini Martins; Romilda Costa Motta	Pepsic
8	2022	A visão de mulheres que escolheram não ter filhos: um estudo psicossocial	Sarah Zanini Hidasi; Ana Terra Sudário Gonzaga	Revista Psicologia

Fonte: Tabela elaborada pela autora (2022).

Quadro 2. Caracterização das informações obtidas nos artigos analisados

Artigo	Área de Conhecimento	Objetivo	Desenho do Estudo
1	Psicologia Social	Compreender como se constituem as identidades femininas de mulheres de classe média casadas que coabitam com companheiros, que optaram por não ter filhos.	Pesquisa qualitativa a partir de entrevistas semiestruturadas que foram avaliadas por meio da técnica de análise de conteúdo. Participaram 6 mulheres entre 29 e 44 anos
2	Psicologia	Identificar as influências socioculturais relacionadas à pressão que as mulheres sofrem para se tornarem mães na contemporaneidade.	Pesquisa exploratória e qualitativa. Realizou-se entrevistas semiestruturadas com 8 mulheres de idade entre 18 e 45 anos, das quais metade desejam a maternidade e a outra metade não apresenta desejo em se tornarem mães.
3	Psicologia social	Identificar na fala das mulheres que não desejam ter filhos, o que é ser mulher hoje.	Foram utilizadas entrevistas semidirigidas com 8 mulheres entre 20 e 60 anos e os textos resultantes foram submetidos a uma análise de discurso.
4	Psicologia Saúde	Analisar narrativas de mulheres sem filhos em relação à maternidade e à não maternidade.	Estudo qualitativo, alicerçado na história oral, realizado com 19 mulheres sem filhos
5	Psicologia	Investigar os motivos apontados por mulheres associados à vivência da não maternidade, as características deste processo e desdobramentos em suas vidas.	Esta pesquisa teve âmbito exploratório e descritivo, com método de análise de dados qualitativo. Participaram cinco mulheres acima dos 45 anos, que declararam ter optado por não serem mães, com entrevistas semiestruturadas.
6	Psicologia	Investigar os fatores motivacionais que levam casais heterossexuais da Grande Porto Alegre a optarem por não terem filhos	Pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Através de entrevistas semiestruturadas, realizadas individualmente, analisadas através de análise de discurso. Integraram este estudo 10 participantes, totalizando 5 casais, com idade entre 26 e 51 anos.
7	Enfermagem História social	Compreender os motivos que levam casais heterossexuais a optarem por não ter filhos e identificar intercorrências preconceituosas.	Estudo qualitativo exploratório. Foram entrevistados cinco casais na cidade de São Paulo, com amostra escolhida por bola de neve.
8	Psicologia	Refletir sobre o fenômeno da maternidade como uma escolha, investigando o impacto da não maternidade na vida das mulheres, suas percepções acerca da maternidade e a relação entre maternidade e ser mulher na sociedade moderna.	A pesquisa teve caráter exploratório, com método de análise de dados qualitativo. Para isso realizou-se cinco entrevistas semiestruturadas com mulheres entre 24 e 51 anos, que informaram acerca da escolha de não serem mães.

Fonte: Tabela elaborada pela autora (2022).

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1. Análise das fontes de informação

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
1. Percepção das mulheres quanto às pressões sociais, familiares e a autocobrança relativa à maternidade.	1.1. Romantização da maternidade
	1.2. Pressões sociais, familiares e preconceito
	1.3. Segurança quanto a decisão da não maternidade
2. Repercussões psicossociais atreladas a decisão pela não maternidade	2.1. Mito do amor materno
	2.2. Construção social e preconceitos
	2.3. Contemporaneidade e maternidade

Fonte: Tabela elaborada pela autora (2022).

4.1. Percepção das mulheres quanto às pressões sociais, familiares e a autocobrança relativa à maternidade.

4.1.1. Romantização da maternidade

Os significados associados à geração dos filhos derivam da invenção do amor romântico associado à maternidade, que levou ao nascimento do lar e a uma mudança na relação entre pais e filhos. Tornou-se mais sentimental e os adultos passaram a dar mais atenção às crianças, movimento que valorizava a família (SCAVONE, 2001). O debate sobre a romantização e naturalização da maternidade e o impacto psicológico da maternidade forçada, surgiu da observação dos diferentes desejos entre as mulheres. Questiona-se a naturalização do ciclo de realização do ser mulher na sociedade onde estabeleceu-se como ser normal nascer, crescer, casar, ter filhos e por conseguinte dar continuidade às sucessivas linhagens familiares, entretanto, há uma demanda social das mulheres que fogem dessa norma tradicional.

Conforme Patias e Buaes¹ (2012), os discursos que desafiam a ideia romântica da satisfação de ter filhos, também ganham força na esfera social, assim como argumentos como

trabalho e tempo – ideias típicas do modo de vida contemporâneo – ganham força para sustentar a escolha de não ser mãe. Na mesma direção, a pesquisa de Monteiro e Andrade² (2018), também apontam para um discurso social romantizado sobre a maternidade, que cobra e condiciona a completude feminina ao ato de ser mãe. Neste sentido, é possível observar na fala das entrevistadas, o desconforto que essa cobrança fundamentada através da romantização da maternidade, pode provocar sobre as mulheres que decidem pela não maternidade.

“Uma das coisas que mais irrita assim é o discurso de que “ai, tu só vai te completar quando tu for mãe”, né. É “a realização máxima da mulher é a maternidade”. Não, não é... Pode ser, mas não é assim, não é necessariamente né.” (PATIAS e BUAES¹ 2012).

“[...] tentam romantizar toda essa maternidade, fazer a cabeça da gente [...]” (MONTEIRO e ANDRADE², 2018).

“Maternidade não é esse sonho, essas coisas, essa coisa que eles constroem tudo bonitinho, que você vai amamentar, que você vai ser feliz, que seu filho vai ser isso, não, pode vim um filho deficiente, pode vim um filho muito diferente daquela construção lá de ideologia que a sociedade impõe[...]” (MONTEIRO e ANDRADE², 2018).

Segundo Tourinho (2006), muitas pessoas se culpam por não sentir ou agir de acordo com os modelos valorizados na sociedade, ou não se guiarem por normas inconscientemente internalizadas, que são reproduzidas ao longo de gerações, integrando a subjetividade feminina e papéis de modelo. Neste sentido, as pesquisadoras Hidasi e Gonzaga⁸ (2022), trazem dados importantes quando apontam que a maioria das suas entrevistadas, além de confirmarem a pressão sofrida para se tornarem mães, uma delas, aponta os meios midiáticos como influenciadores da maternidade romantizada, quando apresentam absoluta satisfação nas cenas de descoberta de gravidez e nas propagandas lindas sobre roupas e acessórios de bebês. Neste mesmo estudo, as autoras supracitadas trazem dados importantes do estudo Maternidade sem Filtro, uma pesquisa digital da plataforma Mindminers (2019), onde 40% das mães disseram querer também ver o lado negativo da maternidade nas propagandas, 63% delas gostariam de ver os medos e desafios retratados na publicidade, 79% gostariam de se ver representadas em um contexto mais real de maternidade.

A mãe ideal e a maternidade romantizada é estruturada no imaginário social, desta forma, esta personificação das mães “perfeitas e normais” é demonstrado por Tourinho (2006) ao enfatizar que se espera socialmente que a mãe seja paciente e dedicada a todas as necessidades do filho. Silva e Aranha (2020) dialoga com essas afirmações ao destacar as influências à imagem promovida da mãe em anúncios com representações de mulheres bonitas, felizes e realizadas com seus filhos; em contraponto, as mulheres retratadas fora

dessas normas, são vistas como mulheres anormais, que não conseguirão encontrar seu final feliz.

4.1.2. Pressões sociais, familiares e preconceito

As pessoas que optaram por não ter filhos geralmente enfrentam estereótipos e pressões sociais para mudar ou justificar sua situação porque, sendo diferente do que é socialmente esperado, a escolha é muitas vezes interpretada como "anormalidade", egocentrismo, falta de dever cívico com a reposição populacional, entre outros preconceitos depreciativos (RIOS e GOMES, 2009).

As pesquisas de Patias e Buaes¹ (2012); Monteiro e Andrade² (2018); Barbosa e Rocha-Coutinho³ (2012); Machado, Penna e Caleiro⁴ (2019); Fidelis e Mosmann⁵ (2013); Mendes e Pereira⁶ (2019); Caetano, Martins e Motta⁷ (2016); Hidasi e Gonzaga⁸ (2022), apontam que as participantes percebem pressão e preconceito, relacionados à decisão de não maternidade, em diferentes contextos. Nesta perspectiva, observou-se nos resultados das referidas pesquisas, que as mulheres entrevistadas, optantes pela não maternidade, na sua maioria, sofrem de alguma forma com os preconceitos sociais, familiares, no ambiente profissional, nas instituições religiosas, por parte de alguns profissionais da área de saúde, ou com sua própria autocobrança. Nesta pesquisa integrativa, para melhor demonstrar os resultados, selecionamos algumas falas das entrevistadas.

“Bah! Fechou um ano, começa a família inteira a perguntar “Quando é que vem filho?”, “Quando é que vem netinho?”, “Quando é que vem sobrinho?” e é complicado tentar explicar. (...)“Ah! Mas como é que tu vai ficar depois? Quem vai cuidar de ti depois? E tu não vai querer ninguém contigo?” E tem várias outras perguntas que eles vão ficar fazendo. Eles não conseguem entender que tu não quer. (MENDES e PEREIRA⁶, 2019)

“acho que nenhum pai espera ouvir do filho que não vai ganhar netos...”. (CAETANO, MARTINS e MOTTA⁷, 2016)

“A cobrança por netos foi bem grande, principalmente pela parte dos meus sogros porque meu cunhado nem é casado. Logo, a possível fonte de crianças na família somos eu e meu esposo e a gente veio e destruiu o sonho deles. Não foi nada fácil”. (CAETANO, MARTINS e MOTTA⁷, 2016)

Antes de se tornarem avós, os indivíduos que já são casados e com filhos, criam grandes expectativas neste momento, pois essa posição é uma reconhecida fonte de valorização para um amplo espectro da sociedade e, com o advento da aposentadoria, os netos se tornam uma grande fonte de satisfação dos idosos (KIPPER; LOPES, 2006). Por toda a pressão que a sociedade exerce sobre as mulheres à qual se espera um filho como resposta,

quem vai contra esse "destino" ainda hoje não é respeitado por suas escolhas, constantemente cobrado, às vezes pela família, às vezes pelos amigos à sua volta. Os resultados das pesquisas também apontam, que no imaginário social, ter um filho é sinônimo de ter alguém para cuidar de si na velhice.

“Para minha mãe é um chute no estômago. Ela queria por que queria ter alguém que viesse, que fosse filho meu. [...] Meu pai a mesma coisa. Todo mundo pede, essa é a verdade. Tu vai visitar o pessoal, a primeira coisa que o pessoal fala é “Tá! E aí, quando é que vai sair o de vocês?” [...] então é aquela coisa. Mais parece uma obrigação.”(MENDES e PEREIRA⁶, 2019)

“por muito tempo fui cobrada por não querer dar continuidade ao nome da família e isso foi motivo de muitas brigas”. (CAETANO, MARTINS e MOTTA⁷, 2016)

“[...]amigos que ficavam, ah por que você tem que ter um filho, porque você vai ficar sozinha, você vai acabar sozinha, então você tem que ter um filho [...]” (MONTEIRO e ANDRADE², 2018)

“É uma pressão muito grande, já tenho 29 anos né, ano que vem faço 30. Aí minhas amigas todas, todas já têm filho, aí elas acham que eu que sou a anormal aqui né, tipo você não tem filho, mas você já tá ficando velha, aí minha mãe já fala também: você tem que ter um filho para cuidar de você, aí tem essa pressão toda [...]” (MONTEIRO e ANDRADE², 2018)

Monteiro e Andrade² (2018), demonstram através das entrevistadas de sua pesquisa, que é possível perceber exigências socioculturais em relação à maternidade, com base na família e amigos, criando uma relação obrigatória da mulher a essa vivência, convocando a mulher a reagir a tais pressões e com pouca possibilidade de uma escolha mais individualizada. Nesta direção, a pesquisa de Mendes e Pereira⁶ (2019) corrobora com o mesmo resultado, observando que essa pressão é exercida pela família, principalmente pelos pais pertencentes à geração anterior, com o esforço de preservar o arranjo familiar tradicional, característico de uma época que não valorizava o consumo com proporção superior aos valores familiares. Para este pensamento tradicional é indispensável a importância de adquirir obrigações permanentes, como constituir a própria família, fato que entra em consonância com a sólida modernidade definida por Bauman (2004).

Na compreensão de Rios e Gomes (2009), atualmente a convivência entre diferentes formas e configurações familiares é mais aceitável, porém, há forte animosidade em relação a essas diferenças, porque o novo nem sempre é bem recebido e surgem conflitos de valores. Deste modo, os indivíduos que demonstram estar satisfeitos com a escolha que fizeram em não ter filhos, têm dificuldade em ver a sua decisão respeitada tanto pela família, quanto no meio social.

“Muitas das minhas amigas, achavam que eu tinha problema biológico por não ter tido filhos... (FIDELIS e MOSMANN⁵, 2013)

“No meu trabalho sou vista como “a mulher que tem ódio de crianças”, mas na verdade não é isso. Eu gosto de criança”. (CAETANO, MARTINS e MOTTA⁷, 2016)

“Prá sociedade considerar a mulher completa, ela tem que ser mãe, ... é mais importante que ter uma carreira profissional, muito mais. Ela tem que ter uma carreira profissional, mas ser mãe é essencial” (BARBOSA e ROCHA-COUTINHO³, 2012)

“Eles excluem a gente de programas e falam que não gostamos dos filhos deles. Fui chamada de egoísta pela minha irmã e minhas clientes sempre perguntam por que não tenho filhos e depois que falo que não quero elas me olham com uma cara de desprezo e falam ‘nossa!’” (CAETANO, MARTINS e MOTTA⁷, 2016)

“Sim, pessoas da nossa família e do nosso ciclo de amizade dizem que eu sou louca, porque toda mulher sonha em ter filhos. Dizem que somos egoístas porque pensamos em fazer coisas que achamos legais para o nosso bem-estar, ao invés de querer cuidar de filhos”. (CAETANO, MARTINS e MOTTA⁷, 2016)

Neste sentido, Barbosa e Rocha-Coutinho³ (2012); Fidelis e Mosmann⁵ (2013); Caetano, Martins e Motta⁷ (2016), demonstram que fugir das normas sociais pode provocar estigmatização e preconceito. Para melhor compreensão, segundo Goffman (1975, citado por Rios e Gomes, 2009), o estigma se expressaria por meio de uma peculiaridade que distingue um indivíduo dos demais, dentro da categoria em que ele seria colocado, exceto por essa característica que o distingue, torna-se defeituoso, incorreto, inusitado e minimizado. Assim, não ter filhos é muitas vezes interpretado como uma patologia e/ou anormalidade. Dessa forma, muitas mulheres ou casais que tomam essa decisão, passam por situações de preconceito e constrangimentos.

4.1.3. Segurança quanto a decisão da não maternidade

A decisão feminina relacionada à maternidade, sofre influências familiares, sociais, profissionais, jurídicas, religiosas e políticas, onde vários fatores socioculturais se cruzam, para criar o padrão ideal para toda mulher: casamento e filhos, na busca por perpetuar assim o modelo de família burguesa. A partir dessas considerações, é possível identificar diversas formas de interferência sociocultural em relação à vivência da maternidade, envolvendo inúmeros aspectos sociais e obscurecendo a liberdade de escolha e a subjetividade feminina (FERREIRA; LIMA, 2014). Na contramão desse entendimento, as entrevistadas nas pesquisas de Patias e Buaes¹ (2012); Monteiro e Andrade² (2018), Barbosa e Rocha-Coutinho³ (2012); Fidelis e Mosmann⁵ (2013); Hidasi e Gonzaga⁸ (2022), apesar de perceberem pressões e preconceitos por que não desejam ser mães, demonstram segurança e responsabilidade diante da decisão, de acordo com as falas a seguir:

”Eu acho que atualmente, ou enfim, na minha geração é, ter ou não ter filhos tem que ser uma escolha da mulher, eu não acho que a mulher tenha nascido para gerar, ela tem que escolher se ela quer isso ou não. (PATIAS e BUAES¹,2012).

“Eu vejo assim, estou querendo construir uma carreira, passar no concurso, eu quero viajar, eu quero curtir a vida, e eu acho que filho para mim iria atrapalhar minha vida do que acrescentar, eu vejo assim, eu não vejo esse instinto maternal.”(MONTEIRO e ANDRADE²,2018).

“[...] a gente não precisa querer ter filho para sentir completa, eu me sinto a mulher completa[...].” (BARBOSA e ROCHA-COUTINHO³, 2012)

“Se eu quiser é porque eu quero, independente do que eu vou receber de retorno. Eu acho que filho não é pra preencher as nossas necessidades, eu acho que isso seria egoísmo da minha parte eu vejo assim né” (PATIAS e BUAES¹,2012).

“Muitas mulheres resolvem ainda, isso eu me surpreende, ter filhos para segurar marido e, e pelo contrário, filho não segura ninguém, às vezes só contribui pra separar mais”. (PATIAS e BUAES¹,2012).

Segundo Patias e Buaes¹ (2012), optar pela não maternidade pode significar uma preferência por criar vínculos mais fluidos, maior liberdade e oportunidades de participação em outros cenários sociais. É nesse campo de sentidos que as mulheres constroem outros "padrões" de ser mulher, de convivência com uma mulher que existe e se realiza independente da maternidade. Nesta direção, Silva (2019), afirma que na rejeição do papel feminino passivo e tradicional, abriu-se um novo cenário de discussão com o patriarcado, envolvendo processos sociais e psicológicos na busca por uma definição do que é ser mulher. Para sua autonomia, a mulher precisa se apropriar de si mesma, da sua liberdade e de seu afeto, para se tornar mais do que o outro dos homens.

Nas narrativas de algumas participantes, nos estudos de Patias e Buaes¹ (2012); Machado, Penna e Caleiro⁴ (2019); Fidelis e Mosmann⁵ (2013) e Hidasi e Gonzaga⁸ (2022), aparece uma certa ambivalência de sentimentos, onde as contingências de vida influenciaram de alguma forma à decisão pela não maternidade.

“Ainda fico assim com a pulguinha, sabe hoje.. ai, como teria sido né, e se eu tivesse filho, acho que eu seria uma boa mãe”(PATIAS e BUAES¹,2012).

“[...]diz que surge sentimento de medo, “vai dando um vazão”, mas conta também que algumas pessoas concordam e respeitam.(HIDASÍ e GONZAGA⁸ 2022)

[...]. Entendo que esse caminho, eu que construo, não há nada que seja da natureza humana, é algo que é da minha construção. [...] todo mundo tem esta expectativa, principalmente para quem casa. Porque mesmo que a sua opção de casar seja sua, eu não quero casar, para a maior parte das pessoas é: nossa, coitada, a pessoa não conseguiu casar: ‘ah, ela não conseguiu casar, ah, ela não conseguiu ter filhos” (MACHADO, PENNA e CALEIRO⁴ 2019);

“Sempre tive medo de ter filhos e não saber educar, conseguir criar, até teve um época que eu queria, assim independente, sem marido, sozinha, daí eu pensava... (FIDELIS e MOSMANN⁵ 2013)

Para Patias e Buaes¹ (2012), às narrativas das participantes sobre a possibilidade de não vivenciar a maternidade expressam questionamentos e dúvidas sobre sua possibilidade e pode-se, assim, pensar que, ao mesmo tempo em que o sujeito afirma ter liberdade para escolher, cada escolha traz consigo ambivalência, demandas e consequências para o sujeito que por ela é responsável. Deste modo, a escolha gera ambivalência, ao mesmo tempo em que a mulher é livre para decidir, é obrigada a lidar com as consequências de suas decisões nesse contexto, pois a criação de posições adicionais para os sujeitos na estrutura social, desestabiliza os vínculos que moldam a identidade feminina na modernidade. De acordo com Travassos-Rodriguez e Feres-Carneiro (2013), a ambivalência pode ser compreendida como um sentimento conflitante de dois pensamentos com igual importância e intensidade sobre a mesma coisa que coexistem lado a lado. Nesta direção reflete-se que nosso contexto cultural exige a mãe "perfeita" e nega a ambivalência dos sentimentos maternos, por isso ser mãe pode representar para algumas mulheres um grande fardo. (TRAVASSOS-RODRIGUEZ e FERES-CARNEIRO, 2013).

Na mesma direção Fidelis e Mosmann⁵ (2013), apontam que é esperado socialmente que toda mulher seja mãe, justificando o resultado de sentimentos ambivalentes, quando uma mulher vai contra as expectativas sociais e de alguma forma esse discurso também está internalizado em si. Romper com o modelo imposto pela sociedade em que as mulheres são incentivadas a procriar é um processo difícil. Neste sentido, Travassos-Rodriguez e Feres-Carneiro (2013), afirma que romper com o modelo materno ideal imposto pela cultura contemporânea, em que a maternidade é retratada como uma ficção que exclui a possibilidade de coexistência de sentimentos ambivalentes na relação mãe-filho, pode ser devastador para a mãe, pois esse evento pode representar a interrupção da sua própria continuidade de ser e impossibilitaria a manutenção de seu interesse materno primário.

Quanto aos sentimentos ambivalentes relatados pelas entrevistadas, foi possível observar uma diferença entre as participantes quanto ao grau de ambivalência vivenciado, pois associam esses sentimentos à presença ou ausência do desejo pela maternidade, desta forma, o sentimento de auto cobrança relacionada a decisão pela não maternidade aparece discretamente, por minoria das mulheres pesquisadas. De acordo com Patias e Buaes¹ (2012), o sentimento de segurança das mulheres que decidem por não ter filhos, se sobressai ao desconforto gerado pela cobrança de familiares e amigos, do mesmo modo, Hidasi e Gonzaga⁸ (2022), percebem a segurança diante da decisão e corroboram com a conclusão de Barbosa e Rocha-Coutinho³ (2012), quando afirmam que, as participantes na sua maioria,

não demonstraram arrependimento em relação às suas decisões de vida, embora tenham afirmado que sua realização pessoal ainda não está completa, o que não é necessariamente porque não têm filhos ou cônjuges, mas porque ainda têm muitos planos para realizar.

4.2. Repercussões psicossociais atreladas a decisão pela não maternidade

4.2.1. Mito do amor materno

A obra “Um Amor Conquistado” de Elisabeth Badinter em 1980, gerou uma grande polêmica que ecoa até os tempos atuais, ao questionar se o amor materno é um instinto, uma tendência feminina inata ou depende muito do comportamento social de acordo com os costumes de cada época. Neste sentido, Badinter (1980), define que o instinto materno é um mito e discute que não existe um comportamento materno universal, portanto, a maternidade não está profundamente inscrita na natureza feminina e que o amor materno não é um sentimento inerente à condição da mulher, não devendo, portanto, ser visto como um determinismo biológico, afirmando que este sentimento, assim como em outras relações é algo que pode ser adquirido e conquistado.

Nesta direção, os achados de Monteiro e Andrade² (2018), corroboram com a obra de Badinter (1980), quando por meio da análise de conteúdo realizada e dos sentimentos de desconforto relatados por algumas mulheres, traz reflexão sobre a necessidade de reavaliar o conceito social de maternidade, pois ser mãe não é tão sublime quanto parece, já que segundo algumas entrevistadas, tem seu lado negativo e efeitos, como medo do parto, responsabilidade pelo filho, mudança corporal, entre outros, permitindo que a maternidade seja desromantizada como algo maravilhoso para toda mulher, sendo essencial e saudável que a escolha seja construída individualmente e livre de pressões.

A pesquisa de Penna e Caleiro⁴ (2019) e Patias e Buaes¹ (2012), apontam que o imaginário social ainda é permeado pela maternidade como condição da feminilidade, construída cotidianamente pelos valores compartilhados na sociedade através dos discursos de poder, validado pelo conhecimento médico e introjetado no senso comum, dando origem ao mito do instinto materno que coloca a mulher como figura central de cuidados com os filhos. As pesquisas refletem que desconstruir o ideal de mulher-mãe é complexo, requer conscientização da sociedade e a mudança de valores compartilhados. Para Patias e Buaes¹ (2012), atualmente, ainda que as mulheres possam ser reconhecidas por sua participação em

outros cenários sociais, essas representações atravessam os depoimentos das entrevistadas e configuram-se como um “[...]discurso social dominante e constitutivo das identidades femininas”(PATIAS e BUAES¹,2012).

Nesta direção, Monteiro e Andrade² (2018), afirmam que os estudos sobre não maternidade contribuem para a desconstrução de normas consideradas ontológicas, essenciais para desconstruir a ideia da maternidade como requisito obrigatório para ser e sentir-se mulher, portanto, segundo Barbosa e Rocha-Coutinho³ (2012), a possibilidade de escolha sobre a maternidade, estabeleceu novas representações do ser mulher, que produzem discursos de feminilidade associados à busca de autonomia e independência. Entretanto, é necessário destacar que as novas concepções femininas, ainda coexistem com os discursos sociais sobre o mito do amor materno e o determinismo biológico.

Em consonância, Patias e Buaes¹ (2012), apontam que ao serem responsabilizadas por cuidar dos filhos, surge no meio feminino um questionamento: seria a maternidade uma função de sacrifício? Nesse sentido, os discursos que desafiam a ideia romântica da satisfação de ter filhos, ganham força na esfera social e nesta perspectiva, a representatividade de mulheres não mães em algumas pesquisas, aparecem ligadas à representação pela negação da maternidade, portanto, “[...]os discursos femininos a respeito da opção pela não-maternidade são sustentados a partir de um lugar de negação, isto é, a opção pela qual decidiram viver é falada através da negação de outra identidade – a identidade materna” (PATIAS e BUAES¹, 2012).

“Porque eu vi tantos horrores assim de mães fazendo projeções em cima dos filhos, carregando coisas em cima dos filhos que eu disse meu deus eu não quero fazer isso” (PATIAS e BUAES¹, 2012).

Todas dizem “ah, filho é bom, é maravilhoso, é isso, aquilo e aquele outro, mas tu não dorme mais, nunca mais tu vai dormir e depois adolescente ele sai, daí tu não sabe onde ele tá, depois ele se casou e tu se preocupa com os netos, dia eles ficam doentes daí tu tem que cuidar deles. (PATIAS e BUAES¹, 2012).

Neste entendimento, percebe-se a influência contraditória e ambivalente dos significados que compõem as representações da maternidade e não maternidade das entrevistadas, que muitas vezes parecem questionar sua própria identidade, afirmando sua identidade feminina, desafiando os modelos tradicionais da equação social mulher = mãe. Desta forma, as narrativas das entrevistadas veiculam uma ideologia da maternidade que concebe a mãe como aquela que deve renunciar a certos prazeres, abdicar pelo filho, sacrificar-se por ele e assumir toda a responsabilidade, portanto, são os significados atribuídos à maternidade que definem como as mulheres não-mães se sentem (PATIAS e

BUAES¹, 2012). Neste sentido, Bauman (2004) reflete que a escolha do sujeito entre diferentes tipos de inclinações/preferências/identidades carece de definição e tem consciência das ambivalências e incertezas que culminam em dúvidas persistentes sobre o estado escolhido.

Os achados da pesquisa de Slosar (2004, apud RIOS e GOMES 2009), apontaram a presença de relações objetais infantis¹ no conflito, mais especificamente a significativa falta de cuidado, amor e atenção dos pais, relatada pelas participantes. Outros achados comuns na maioria dos participantes incluíram história de trauma na infância ou perda inexplicável, negação da identificação materna, evitação da responsabilidade adulta, medo da gravidez e preocupação com a imagem corporal, raiva dos pais no tratamento infantil. O uso de mecanismos de defesa - como repressão, negação e intelectualização - para se protegerem da realidade de não serem mães (RIOS e GOMES, 2009). Por fim, nesta pesquisa integrativa é possível observar de forma implícita ou explícita, um forte traço da representatividade da não maternidade pela negação da maternidade, confirmado por Patias e Buaes¹ (2012), quando descrevem que os discursos das mulheres sobre a escolha da não maternidade são promovidos a partir de um lugar de negação, ou seja, a opção pela qual elas escolheram viver se expressa através da negação de outra identidade – a materna. Nesta direção, Resende (2017), afirma que a autorrealização associada à maternidade e a representação do instinto materno naturalizado, quando confrontado com a história, demonstra o quanto as mulheres ainda estão submetidas ao mito do amor materno.

4.2.2. Construção social, gênero e preconceitos.

Quando dizemos que algo é construído socialmente, podemos dizer que nós seres humanos vivemos imersos em padrões de comportamento criados em nossas relações cotidianas e interpretamos como regras sociais, passando a esperar que todos se comportem da mesma forma. No caso da maternidade, a análise dos resultados deste trabalho, está repleta de diálogos que demonstram, o quanto a construção social vincula o sentido de ser mulher à maternidade, deste modo, através do discurso introjetado, a sociedade exerce uma cobrança na direção das mulheres que não desejam passar pela experiência da maternidade. Neste entendimento, na opinião das entrevistadas de Barbosa e Rocha-Coutinho³ (2012),

¹ A relação da mãe em constituir um vínculo significativo para a criança é fundamental para as primeiras relações objetais e formação da personalidade desta criança, trata-se de um processo de desenvolvimento da criança que ao se desligar da mãe estabelece outras relações com outras pessoas próximas. Esse processo é que forma um self coeso atribuindo ao futuro adulto força, saúde e grandeza de um ser humano apto para a vida (DA FONSECA et al., 2013).

para a maioria das mulheres e para a sociedade em geral, ainda parece que o ideal está no esforço da mulher para conciliar a maternidade e a realização profissional, desta forma, a mulher hoje pode e deve encarnar novos papéis sem abrir mão da maternidade, como se sua completude estivesse atrelada ao ato de ser mãe.

“Ser mulher para mim ... é ser forte acima de tudo, que as pressões sociais não são fáceis e ainda há uma cultura familiar que ... é muito repressora, ... Ser mulher ... é poder usar tudo o que for a meu favor para sobreviver, eu posso escolher os meus caminhos e tomar minhas decisões, mas isto exige muito mais força, mais determinação ...é ser mulher para a sociedade geral já é outra conversa, a sociedade ainda espera e quer uma mulher que trabalhe, seja fiel, seja feliz, tenha uma família” (BARBOSA e ROCHA-COUTINHO³, 2012)

“Prá sociedade considerar a mulher completa, ela tem que ser mãe, ... é mais importante que ter uma carreira profissional, muito mais. Ela tem que ter uma carreira profissional, mas ser mãe é essencial” (BARBOSA e ROCHA-COUTINHO³, 2012)

Vale destacar que cada mulher constrói sua feminilidade de uma forma única, mas a maioria delas se constrói sobre os fundamentos que moldam as mulheres desde a mais tenra idade, quando incentivadas a brincar de boneca, cuidar dos outros, fazer os afazeres domésticos, cozinhar, enquanto os homens estão condicionadas a jogos, esportes, luta, carrinho, entre outros (BADINTER, 1980/1985). Quando os indivíduos fogem desse estereótipo, principalmente quando são mulheres, são percebidas de forma negativa, e quando se trata de não desejar a maternidade, a mulher é julgada como egoísta de acordo com algumas entrevistadas (MONTEIRO e ANDRADE² 2018). Neste sentido, Badinter (1985), afirma que esta fusão mulher/maternidade ocorre alicerçada pelas produções de significados atreladas à história cultural, chamando o corpo feminino à ordem, especialmente em gerar e criar filhos, com efeitos a vivenciarem o tão admirado “instinto materno”.

De acordo com Patias e Buaes¹ (2012), por meio de instrumentos políticos e ideológicos como o Bolsa-Família e o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (PNIAM), as representações da maternidade se fundamentam em discursos que remetem a modelos tradicionais de maternidade a partir de uma compreensão da identidade feminina essencialmente ligada à maternidade. Estes programas contribuem para definir as formas como as identidades das mulheres são moldadas e os valores da sociedade são mantidos, ainda que a concepção tradicional de maternidade pareça estar em processo de desconstrução. Nesta direção, Hidasí e Gonzaga⁸ (2022), ressalta a importância da empatia social por parte dos profissionais de saúde para conviver, compreender e aceitar novas e complexas formas de configuração das famílias contemporâneas. Propõe-se aprofundar esse tema envolvendo o homem como agente ativo nesse processo de seleção, bem como

discutindo - também em relação ao gênero - em torno da tríade social e historicamente construída: mulher-feminilidade-maternidade.

Na direção contrária, Hidasi e Gonzaga⁸ (2022), apontam que, como a análise mostra, nem todas as mulheres sonham em ser mães, portanto, é necessário que a maternidade seja uma opção e não uma imposição, para isso, é necessário dar-lhes a chance de sonhar com outras realidades e rever as discussões sobre a autonomia da mulher. Embora a queda na taxa de natalidade seja uma tendência mundial, como afirma o IBGE (2020), a maternidade não pode ser motivo de estigmatização e julgamento, pois o problema populacional deve ser revisto sem penalizar a mulher, buscando outras discussões que envolvam debater papéis de gênero e a sobrecarga feminina na multiplicidade de funções. Na mesma direção, as entrevistadas de Barbosa e Rocha-Coutinho³ (2012), confirmam a necessidade de discutir papéis sobre as responsabilidades maternidade/paternidade e novas construções sociais.

“Hoje o papel da mulher está muito misturado com o do homem, as mulheres conquistaram um lugar no mercado de trabalho que não se diferencia mais dos homens apesar da gente saber que a remuneração é diferenciada, né, hoje as mulheres tomam a frente nas conquistas, pagam as contas do restaurante, do motel, são as guerreiras que não podem ser mais frágeis, mesmo sabendo que sofremos muito por conta disso, pois às vezes precisamos de colo, mas o que mais me assusta nisso é perceber que os homens estão gostando disso e muitas vezes se acomodam, fugindo de responsabilidades com a família. Ser mulher hoje, então, eu acho que, que é ter que trabalhar, cuidar da casa, da educação dos filhos e ser a amante que os homens desejam. É ... não está fácil ser mulher hoje em dia” (BARBOSA e ROCHA-COUTINHO³, 2012)

Atualmente tem vários pais, homens, que tão batalhando na justiça pela guarda dos seus filhos, e realmente eles tomam conta, mas assim o que eu ouço, ... o que eu vejo por aí na sociedade em geral é difícil ver um homem que chega em casa e assume as mesmas responsabilidades que a mulher ou que vá tentar contribuir da mesma forma que ela, ... porque eu acredito que desde a educação pais e mães passam que lugar de homem não é tá contribuindo na casa (BARBOSA e ROCHA-COUTINHO³, 2012)

Acho que os homens estão vivendo o momento que a mulher viveu quando foi dado a ela o papel de rainha do lar, mãe, protetora, a gente sabe que houve um tempo em que o poder era do pai, a guarda, tudo, a ideia da mãe como a pessoa ideal prá criar os filhos foi construída socialmente num determinado momento e eu acho que os pais tão vivendo esse boom da paternidade, ... e tão vivendo isso de uma forma muito, às vezes, ressentida por mulheres, ... acho que os homens tão disputando com as mulheres a maternidade, o filho, e às vezes de um lugar muito ressentido (BARBOSA e ROCHA-COUTINHO³, 2012)

Eu tenho uma prima que ... já tá no terceiro filho ... eles fizeram a mesma faculdade, trabalham juntos e o marido tá fazendo MBA e ela tá em casa, ... ela lutou muito prá ser profissional, né, e mesmo depois das gestações ... ela ia à luta porque ela queria trabalhar; ela queria tá no mercado, então, éé, eu vejo que realmente é bem difícil prá mulher e pro homem não (BARBOSA e ROCHA-COUTINHO³, 2012).

Para contribuir neste sentido, Rosa (2009) observa que a criança, de acordo com a

teoria do amadurecimento² de Winnicott (1969/1994), no início da vida é completamente dependente do meio e torna-se cada vez mais independente à medida que amadurece, alcançando relativa independência na maturidade, entretanto, relacionado à importância da participação efetiva do pai na vida do filho, destaca o período inicial em que ele aparece como parte que sustenta esse ambiente como suporte/cuidado materno/bebê, e mais tarde, quando ele aparece propriamente como terceira pessoa. Nesta direção, Barbosa e Rocha-Coutinho³ (2012), apontam que as entrevistadas atribuíram importância às formas de socialização entre mulheres e homens, como fator determinante tanto para a manutenção e transformação dos papéis de homens/mulheres na família, quanto na sociedade em geral. De acordo com algumas mulheres desta pesquisa, já é possível observar, ainda que de forma inicial, uma maior participação dos homens nas atividades domésticas e nos cuidados com os filhos, antes consideradas atividades de inteira responsabilidade da mulher (BARBOSA e ROCHA-COUTINHO³, 2012).

Neste diálogo, Fidelis e Mosmann⁵ (2013), observam que o papel da mulher sofreu grandes mudanças ao longo do tempo e hoje em dia, as mulheres podem desempenhar mais papéis na sociedade, incluindo decisões sobre a maternidade, no entanto, verificou-se ser um fenômeno em processo de consolidação. Por outro ângulo, Mendes e Pereira⁶ (2019), observam que ao fazer do individualismo, do desapego, da gratificação e do excesso uma norma subjetiva, este comportamento afeta a todos, inclusive aqueles que optam por não ter filhos. Nessa perspectiva, é possível interpretar que a escolha de não ter filhos está em consonância com o ideal vigente de desapego e liberdade, portanto, por um lado, fica evidente que não ter filhos é uma decisão que se coaduna com os ideais subjetivos vigentes; por outro lado, porém, acaba por não cumprir outra exigência social, decorrente do modelo tradicional de família ainda hegemônico, que define os filhos como uma obrigação inscrita na trajetória de toda mulher/casal.

Assim, Caetano, Martins e Motta⁷ (2016), conclui que um certo grau de conflito, a negação de que seja uma escolha definitiva e várias formas de preconceito, revelam que conviver com formatos familiares não convencionais, ainda envolve estigmatização e que esses núcleos familiares são diretamente afetados pelas pressões sociais predominantes, sendo que as mulheres são as mais pressionadas. Neste entendimento Melo (2016), define que muitas mulheres engravidam e vivenciam a privação do próprio desejo, para corresponder a

² A teoria do amadurecimento pessoal baseia-se na concepção de que todo indivíduo humano é dotado de uma tendência inata ao amadurecimento, ou dito de outro modo, à integração numa unidade psique-soma (ROSA,2009).

uma expectativa social e deste modo, essas mulheres podem sofrer preconceito não por não desejarem ter filhos, mas também por serem mães e reconhecerem sentimentos aversivos em relação à maternidade ou quando recorrem ao aborto. De um modo ou de outro, a construção social sobre a maternidade, a família e os papéis de gênero, ainda circula fortemente o imaginário social, onde estruturado pela história naturaliza os preconceitos.

4.2.3. Contemporaneidade e maternidade

Os papéis sociais contemporâneos passam por diferentes e profundas mudanças em suas constituições, fruto de mudanças ideológicas, econômicas, políticas e sociais que interferem e afetam significativamente a configuração dos modelos de família antes idealizados pelo modelo burguês composto por pai, mãe e filhos, desta forma, surgem novos arranjos familiares. Em detrimento dessas mudanças, entrelaça-se a figura feminina, que passa a adquirir uma nova posição na sociedade, principalmente em relação à escolha da experiência materna, sendo, portanto, fortemente influenciada pelo momento histórico em que está inserida (CARVALHO e OLIVEIRA, 2017). Neste sentido, a maternidade deve ser uma escolha consciente e muito bem avaliada pela mulher, pois as consequências dessa ação mal executada costumam recair sobre ela, embora a mãe não seja a única responsável pela prole (SCAVONE, 2001).. Portanto, a possibilidade da maternidade parece estar entre escolhas e expectativas, fortemente circunscritas por influências sociais e culturais que incluem tanto aspectos tradicionais quanto contemporâneos (MENDES e PEREIRA⁶ 2019).

Segundo Patias e Buaes¹ (2012), os fatores que sustentam a decisão de não maternidade estão ligados às novas funções e papéis que as mulheres desempenham atualmente e seus respectivos contextos sociais e culturais que se relacionam com a inclusão no mercado e ascensão do trabalho e, posteriormente, a dificuldade de realização da satisfação entre realização profissional e pessoal, o que atesta a difícil tarefa de conciliar a posição de profissional, esposa e mãe, expectativas e projetos de vida, ainda mais com o evidente aumento do número de mulheres ingressando em cursos universitários e outras esferas acadêmicas. Assim também, para a maioria das entrevistadas de Barbosa e Rocha-Coutinho³ (2012), a realização profissional é um dos elementos mais importantes da sua realização pessoal, apontando a necessidade de dar atenção para o atual processo de mudança, pelo qual a sociedade atravessa nas últimas décadas, seja em relação ao que significa família/maternidade/paternidade, seja em relação ao que significa ser mulher ou ser homem.

De acordo com Scavone (2001), foi através da introdução do conceito de gênero nas ciências sociais, que as feministas contemporâneas demonstraram a inadequação das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre homens e mulheres, alcançando uma compreensão relacional da maternidade com a construção social das diferenças de gênero. Deste modo, na contemporaneidade não podemos compreender a maternidade sem abordar a paternidade, a mãe sem o pai, no sentido biológico e social do termo (SCAVONE, 2001). Assim também, Barbosa e Rocha-Coutinho³ (2012), aponta que embora as mulheres ainda estejam sob pressão para se casar e se tornarem mães, parece que a maternidade está se tornando relativizada para muitas mulheres e homens na contemporaneidade, portanto, de acordo com as entrevistadas a pressão para serem mães está diminuindo em função do seu poder de escolha, o que reforça a posição de Scavone (2001) de que a mulher moderna tem outras opções e conquistas que não necessariamente passam pela maternidade.

Nesta perspectiva, Fidelis e Mosmann⁵ (2013), apontam que, por parte das mulheres pesquisadas, destaca-se um grande foco para a questão profissional, observando que elas são ambiciosas, querem mais profissionalmente, mesmo que já tenham alcançado sucesso em suas profissões escolhidas, além disso, expressam grande satisfação com sua vida profissional. Por outro lado, identificou-se a presença significativa de uma rede de apoio social com grupos de amizade e uma vida de interação social, independente de relacionamento amoroso ou familiar. Segundo observações das supracitadas autoras, apesar das preocupações iniciais sobre o possível constrangimento que o convite à pesquisa causaria a essas mulheres, isso não era aparente, ao contrário, todas receberam muito bem a entrevistadora e engajadas na conversa responderam a todas as perguntas oferecidas por esta pesquisa sem problemas. Isso levanta a hipótese de que talvez, o constrangimento tenha sido da própria pesquisadora, vinculado a conceitos sociais associados à maternidade (FIDELIS e MOSMANN⁵ 2013).

Na mesma direção, Machado, Penna e Caleiro⁴ (2019) aponta que as histórias de vida das colaboradoras, mostraram o quanto elas estão distantes da condição feminina impressa em símbolos e mitos inspirados no ciclo biológico, que evoca o eterno renascimento e o poder feminino de gestar, recusando estereótipos maternos, neste caso, o processo histórico das lutas das mulheres contrasta com o domínio dos mitos e abriu novas possibilidades conquistadas pelas mulheres contemporâneas para decidir sobre si e repensar a maternidade compulsória, abrindo novas e diferentes perspectivas para perceber a complexidade de ser mulher.

Neste cenário, Barbosa e Rocha-Coutinho³ (2012), percebe que as mulheres estão aprendendo a gerir melhor não só a pressão social, mas também, e sobretudo, os sentimentos

dela decorrentes e afirma que a experiência da não maternidade é complexa e multifacetada e, como a experiência da maternidade, envolve conflito e ambivalência em diferentes níveis. A julgar pelo discurso das entrevistadas, acredita que as mulheres vivem um momento de transição, que segundo Lipovetsky (1997) chamou de “terceira mulher”, ou seja, algo no meio do caminho entre a mulher que era vista e percebida inferior ao homem e à mulher pós-feminista que se dizia igual a ele em tudo. Na contemporaneidade a mulher quer encontrar seu próprio caminho, rumo à sua independência e individualidade, sem necessariamente abrir mão de um relacionamento com um homem que, como ela, preza pela igualdade de direitos e responsabilidades entre os sexos, o que inclui uma divisão justa de tarefas e responsabilidades, sonhos e projetos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de revisão integrativa buscou compreender a percepção de mulheres quanto à pressão social e familiar diante da decisão de não desejar ter filhos e, nesse sentido, é preciso levar em consideração não apenas o indivíduo isolado, mas também focar em suas interações sociais e os efeitos psicossociais atrelados à decisão pela não maternidade. A relevância do tema se dá pela estranheza que a escolha de não desejar ser mãe provoca socialmente e culmina no surgimento de preconceitos sobre quem está lidando com essa realidade, deste modo, os resultados das pesquisas analisadas apontam que apesar das mudanças sociais, o conceito de maternidade no imaginário social necessita ser reformulado, pois suscita discrepância entre o discurso e a atitude social contemporânea.

Para além da possibilidade biológica de uma mulher, a maternidade está imbuída de valores que são relevantes para os momentos e necessidades de cada período histórico, entretanto, nesta pesquisa é possível observar a cristalização de conceitos ultrapassados que permeiam os discursos e as práticas sociais contemporâneas, suscitando questionamentos sobre até que ponto a sociedade evoluiu em relação a liberdade de escolha ou a necessidade de manter padrões sociais sobre a mulher/mãe há muito estabelecidos. Segundo as entrevistadas, a maioria delas têm outros planos que não incluem ter filhos, priorizando sua carreira profissional, sua liberdade, demonstrando segurança diante da decisão, entretanto, percebem de algum modo a pressão e a cobrança, principalmente no meio social e familiar, para que se tornem mães, como sinônimo de completude feminina.

Nesta perspectiva, segundo algumas mulheres entrevistadas dos artigos analisados, as pressões e cobranças sofridas são percebidas como uma ação que cria situações embaraçosas

no seu cotidiano, no entanto, não foi possível concluir que pode ser caracterizado como um estigma ou sofrimento, porque a proporção em que esta questão afeta a vida dessas mulheres, não impõe a necessidade de evitar situações sociais ou abster-se de fazer certas atividades por causa disso. Deste modo, embora o sentimento de estigmatização, o sofrimento e auto cobrança tenham aparecido discretamente na fala das entrevistadas, vale ressaltar que diversos relatos demonstram de forma implícita, que o estigma social está presente no imaginário social e de algum modo afeta os envolvidos. Neste sentido, o sentimento de estigmatização está camuflado na ambivalência de sentimentos entre o mito do amor materno e a escolha por estar na contramão desta construção social.

Em relação à representatividade social da não maternidade, a pesquisa encontrou na fala dessas mulheres, uma definição pela negação do lugar materno, ou seja, a construção teórica da definição pela negação refere-se ao reconhecimento da mulher do lugar não materno. As mulheres são entendidas como criadoras de concepções tanto de família quanto de maternidade, colocando-se em um lugar de reconhecimento diferente do tradicional núcleo familiar e de rejeição da identidade feminina necessariamente associada à maternidade.

Deste modo, o resultado corrobora com Badinder (1980), quando traz em sua obra a necessidade de discutir o mito do amor materno na sociedade contemporânea, para desconstruir a crença cultural sócio-histórica criada ao longo dos séculos. Essas crenças sustentam uma demanda desconfortável no meio feminino, uma certa coerção psicológica para quem não quer desempenhar o papel imposto como predestinação. Neste sentido, este assunto é abordado nas discussões feministas como “maternidade compulsória”, entretanto, não se encontrou na literatura científica de forma satisfatória sobre tal conceito.

A rejeição ao papel materno também esteve presente na pesquisa relacionado à clareza que as participantes têm quanto à responsabilidade pelo cuidado e criação do filho. Essas certezas atravessam as questões de gênero e embora o papel do homem contemporâneo vem se tornando mais presente e participativo na paternidade, ele ainda ocupa um lugar secundário no cuidado da criança de acordo com as entrevistadas. Nesse sentido, cabe ponderar se esse papel secundário é produto da divisão de gênero, das questões biológicas, ou se de fato, seria possível ao homem assumir uma posição mais ativa no cuidado/suporte da mãe/bebê, até ser reconhecido enquanto pai pela criança, na tríade pai/mãe/bebê e deste modo, enquanto pai revezar a maternagem.

Nesta direção, o estudo aponta a necessidade de ampliação da produção das pesquisas nacionais sobre a maternidade/maternagem e sobre a não maternidade, bem como, estudos que discutam papéis de gênero e a maternidade/paternidade associada a igualdade de

responsabilidades parentais. Nestes pontos também sugere pesquisas que possam verificar o fenômeno da não maternidade em diferentes classes sociais e etnias, ouvindo não somente as mulheres, mas também os homens, no sentido de compreender melhor essa tendência contemporânea pelo desejo de não ter filhos. Também assim, mesmo não sendo o objetivo desta pesquisa, é necessário ressaltar que os estudos que envolviam casais, apontaram em algumas entrevistas, que os homens que decidiram junto às mulheres pela não paternidade, também são alvos de preconceitos relacionados à virilidade e fertilidade.

Nesta perspectiva, o estudo confere que o mito do amor materno enquanto construção social histórica, alcança a sociedade como um todo, inclusive, incentivado pelos meios midiáticos comerciais e pelas redes sociais digitais, o que justifica o reforço da romantização da maternidade no imaginário social, assim como, justifica a pressão e a cobrança social para que as pessoas tenham filhos, sem considerar a importância do desejo e a responsabilidade social de educar uma criança. Outrossim, confere também as formas de preconceitos e a ambivalência de sentimentos diante da decisão de não querer ser mãe, como fruto da mesma construção social sobre a maternidade. Neste sentido, os estudos desta natureza visam ser úteis ao desenvolvimento de espaços para diálogos, onde os indivíduos tenham a oportunidade de conhecer melhor a sua própria história e as implicações psicossociais atreladas às construções sociais.

O desenvolvimento de pesquisas futuras sobre a relação da maternidade com a feminilidade, pode contribuir para uma maior atenção à representação social desse grupo de mulheres que não desejam ser mães, por meio de políticas no campo da saúde da mulher e da família contemporânea, onde o cuidado ainda é prioritariamente voltado para a saúde reprodutiva, assim como também, um melhor entendimento social sobre papéis de gênero relacionado a parentalidade e maternagem, pode sem dúvida, fornecer os elementos importantes para a discussão teórica, bem como subsídios adequados para a prática da psicologia clínica individual, grupal, familiar, educacional e social.

6. REFERÊNCIAS

- ABOIM, Sofia. Jovens e vida familiar [online]. **Observatório permanente da juventude**. 2011. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6144/1/ICS_SAbaim_Jovens_ASITEN.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.
- ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986
- BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980
- BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos** (vol. 1). 4ª edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BIFFI, Mariana; GRANATO, Tania Mara Marques. **Projeto de ter filhos: uma revisão da literatura científica nacional e internacional**. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 25, n. 1, p. 207-220, mar. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2017000100014&lng=pt&nrm=iso. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2017.1-14Pt>. Acesso em: 06 mai. 2022.
- BOFF, Leonardo. **A reescritura do relato do gênesis pelo patriarcado como forma de liquidar o matriarcado**. Mandrágora, v.26, n. 2, 2020, p. 195-201. Disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MA/article/view/10737/7457> Acesso em 10 abr. 2022
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Pré-natal e puerpério: atenção qualificada e humanizada**. 3 ed. Brasília: MS, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. (Cadernos de Atenção Básica, n. 26) (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- BARBOSA, Patrícia Zulato e ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia **Ser mulher hoje: a visão de mulheres que não desejam ter filhos**. Psicologia & Sociedade [online]. 2012, v. 24, n. 3, pp. 577-587. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000300011>>. Epub 10 Jan 2013. ISSN 1807-0310. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000300011>. Acesso em 16 jul 2022
- CARNEIRO, Terezinha Feres; LISBOA, Aline Vilhena; MAGALHAES, Andrea Seixas. **Transmissão psíquica geracional familiar no adoecimento somático**. Arq. bras. psicol.,

Rio de Janeiro, v. 63, n. 2, p. 102-113, 2011. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 mai. 2022.

CAVALCANTE, Milady Cutrim Vieira *et al.* Relação mãe-filho e fatores associados: análise hierarquizada de base populacional em uma capital do Brasil-Estudo BRISA. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2017, v. 22, n. 5, pp. 1683-1693. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/1413-81232017225.2172201>. ISSN 1678-4561. Acesso em: 22 mai. 2022.

CARVALHO, N. L. d. & Oliveira, V. H. (2017). Mito do amor materno e a construção da subjetividade feminina.

CHARMAZ K. (2009). A Construção da Teoria Fundamentada: guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 5. ed. Petrópolis: VOZES, 2013. p. 12-144.

CHODOROW, N. **Psicanálise da Maternidade: uma crítica a freud a partir da mulher**. Rio de Janeiro: rosa dos tempos, 1990.

CORREIA, M. J. (1998). Sobre a maternidade. **Análise psicológica**. vol. 16, n. 3, 365-371.

COSTA, Ana; BONFIM, Flavia. Um percurso sobre o falo na psicanálise: primazia, querela, significante e objeto a. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica** [online]. vol. 17, n. 2, 2014. pp. 229-245. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982014000200005>. Acesso em: 15 mai. 2022.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CAETANO, Carolina; MARTINS, Maristela Santini; MOTTA, Romilda Costa. **Família Contemporânea: Estudo de Casais Sem Filhos por Opção**. Pensando fam., Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 43-56, jul. 2016. Disponível em
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2016000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 19 jul 2022

DA FONSÊCA, A. B.; SANTOS JUNIOR, M. B.; DUARTE, P. F. A.; DELEVATI, D. M. PSICANÁLISE E AS RELAÇÕES OBJETAIS. Caderno de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde - UNIT - ALAGOAS, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 57-66, 2013. Disponível em:
<https://periodicos.set.edu.br/fitsbiosauade/article/view/856>. Acesso em: 6 nov. 2022.

DE BRITO, Lais Emanuelle Borba. **Programadas para gerar: a violência simbólica de gênero presente na maternidade compulsória**. Anais do V Seminário Internacional Desfazendo Gênero... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em:
<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/79143>>. Acesso em: 07 abr. 2022.

DONATH, Orna. **Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade**. Trad. de Marina Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017

DONZELOT, J. **Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ESTEVES, Marco Aurélio Silva.; SANTOS, Maicon Inácio dos. Faces na decisão da maternidade: uma revisão bibliográfica. **Revista Descobertas**, vol. 01, n. 01, 2022, 19 p. Disponível em:

<http://revistas.unievangelica.com.br/index.php/descobertas/article/view/5814/4359>. Acesso em: 17 abr. 2022.

ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara de; ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart. **Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática**. REME, 2014. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/reme.org.br/pdf/v18n1a01.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2022.

FERREIRA, Ana Vitoria Rodrigues; LIMA, Flávia de Sousa. Renúncia à maternidade e a interferência do Estado: da lei 9263/96 ao direito comparado. 2014. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=19236&revista_caderno=14>. Acesso: 20/10/2022

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. **Revista Fatos e Versos**, v.1, n.2, p. 3-16, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/19787987-A-mulher-na-visao-do-patriarcado-brasileiro-uma-heranca-ocidental.html> Acesso em: 10 abr. 2022.

FREUD, S. **A dissolução do complexo de Édipo**. Vol. XIX, 1924, p. 193-199.

FREUD, S. **Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos**. Vol. XIX, 1925, p. 277-286.

FREUD, S. **Conferência XXXIII - Feminilidade**, Vol. XXII, 1932, p. 113-134.

FREUD, S. **Esboço de psicanálise**. Vol. XIX, 1938, p. 15-80 p.

FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. **Organização genital infantil**. Vol. XIX, 1923, p.157-161.

FREUD, S. **Sexualidade feminina**. Vol. XXI, 1931, p. 233-251.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Vol. VII, 1905, p. 128-229.

Freitas, Waglânia de Mendonça Faustino e et al. Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor. *Revista de Saúde Pública* [online]. 2009, v. 43, n. 1 , pp. 85-90. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-89102009000100011>>. Epub 06 Ago 2010. ISSN 1518-8787. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102009000100011>. Acesso 3 Novembro 2022

FIDELIS, Daiana Quadros; MOSMANN, Clarisse Pereira. **A não maternidade na contemporaneidade: um estudo com mulheres sem filhos acima dos 45 anos**. Aletheia, Canoas, n. 42, p. 122-135, dez. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942013000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 jul 2022

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: ATLAS, 2002. p. 8-175.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

HERNANDEZ, J. A. E. & HUTZ, C. S. Transição para a parentalidade: ajustamento conjugal e emocional. **PSICO**, vol. 40, n.4, p. 414 - 421, 2009.

KUPFER, M. C. M., JERUSALINSKY, A. N. BERNARDINO, L. M. F., WANDERLEY, D., ROCHA, P. S. B., MOLINA, S. E. LERNER, R. Valor preditivo de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil: um estudo a partir da teoria psicanalítica. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**, vol. 6, n. 1, p. 48-68, 2009.

HEERDT, Mauri Luiz. **Metodologia científica e da pesquisa: livro didático**. 5. ed. rev. e atual. – Palhoça: Unisul Virtual, 2007.

HIDASI, Sarah Zanini; GONZAGA, Ana Terra Sudário. **A visão de mulheres que escolheram não ter filhos: um estudo psicossocial**. *Psicologia em Ênfase*, v. 3, p. 10-21, 2022. Disponível em: <http://ojs.unialfa.com.br/index.php/psicologiaemenfase/article/view/179> Acesso em 15 jul 2022.

Kipper, C. D. R. & Lopes, R. S. (2006). O tornar-se avó no processo de individualização. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(1), 29-34.

Lipovetsky, G. (1997). *A terceira mulher. Permanência e revolução do feminino* (M. L. Machado, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.

MARCOS, C. M. O desejo de ter um filho e a mulher hoje. **Trivum**: Rio de Janeiro: Av. 9, n. 2, p. 246-256, 2017.

MEDEIROS, R. D.; AZEVEDO, G. D.; MARANHÃO, T. M. O.; *et al.* Impacto da inserção da temática saúde sexual. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 3, n. 36, p. 107-112, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v36n3/0100-7203-rbgo-36-03-00107.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2022.

MELLO, C. B. de. **DOCUMENTÁRIO: MATERNIDADE COMPULSÓRIA: Uma revisão do que significa a maternidade sob o ponto de vista do feminismo**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. Bauru: 2016.

MENDONÇA, J. G. R.; RIBEIRO, P. R. M. Algumas reflexões sobre a condição da mulher brasileira da colônia às primeiras décadas do século XX. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara**, v. 5, n. 1, p. 93–104, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/3495>. Acesso em: 18 abr. 2022.

MENDONÇA, Maria Emília. A teoria do amadurecimento pessoal de D. W. Winnicott e a fisioterapia. **Winnicott e-prints**, São Paulo, v. 3, n. 1e2, p. 1-30, 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2008000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 nov. 2022.

MEYER, Luiz. **Família: Dinâmica e Terapia (uma abordagem psicanalítica)** (2ª edição). São Paulo: Brasiliense, 1987. Cap. 1, p. 11-28

MINAYO, M.C. Trabalho de campo: Contexto de observação, interação e descoberta. In: Minayo, MCS Deslandes, SF e Gomes, R., Eds., **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Editora Vozes, 2009. Petrópolis, 61-77.

MORAES, E. **Ser mulher na atualidade: a representação discursiva da identidade feminina em quadros humorísticos de maitena**. In: TASSO, I., and NAVARRO, P. Maringá: Eduem, 2012. pp. 259-285.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de.; ARAÚJO, Maria de Fátima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online], v. 24, n. 01, .2004, pp. 44-55. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932004000100006>. ISSN 1982-3703. Acesso em: 17 abr. 2022.

MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. (Org.). **Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002
OLIVEIRA, Cintia de Freitas *et al.* Apoio contínuo na assistência ao parto para redução das cirurgias cesarianas: síntese de evidências para políticas. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2022, v. 27, n. 02, pp. 427-439. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022272.41572020>. Acesso em: 20 mai. 2022.

MACHADO, Jacqueline Simone de Almeida, PENNA, Cláudia Maria de Mattos e CALEIRO, Regina Célia Lima **Cinderela de sapatinho quebrado: maternidade, não maternidade e maternagem nas histórias contadas pelas mulheres**. Saúde em Debate [online]. 2019, v. 43, n. 123, pp. 1120-1131. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104201912311>>. Epub 09 Mar 2020. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912311>. Acesso em 24 jul 2022

MENDES, Thais Ramos; PEREIRA, Vinicius Tonollier. **Casais que optam por não ter filhos: entre escolhas e expectativas**. Diaphora, v. 8, n. 1, p. 24-31, 2019. Disponível em <http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/168> Acesso em 14 jul 2022

MONTEIRO, Alice Anne da Costa; ANDRADE, Laura Freire. **Ser mãe ou não ser**. Revista Brasileira de Ciências da Vida, v. 6, n. 2, 2018. Disponível em <http://jornalold.faculdadecienciasdavidia.com.br/index.php/RBCV/article/view/671> Acesso em 16 jul 2022

PATIAS, Naiana Dapieve e BUAES, Caroline Stumpf" **Tem que ser uma escolha da mulher"! Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção**. Psicologia

& Sociedade [online]. 2012, v. 24, n. 2, pp. 300-306. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200007>>. Epub 23 Ago 2012. ISSN 1807-0310.
<https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200007>. Acesso em 14 jul 2022

PINTO, Céli Regina Jardim Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política** [online]. 2010, v. 18, n. 36, pp. 15-23. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>. Acesso: 26 mai. 2022.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. Recebido em 13 de julho de 2009. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

RESENDE, D. K. Maternidade: uma construção histórica e social. Pretextos - **Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, 2017.

RIOS, Maria Galvão; GOMES, Isabel Cristina. Casamento contemporâneo: revisão de literatura acerca da opção por não ter filhos. **Estudos de Psicologia** (Campinas) [online]. 2009, v. 26, n. 2, pp. 215-225. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0103-166X2009000200009>. Acesso em: 8 abr. 2022.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 6-334.

ROCHA, L.; BELARMINDO, L.; PESSANHA, L. **Bruxa: uma construção histórica da mulher que conhece o próprio corpo**. 2016. Disponível em:
<https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-2e92c56050c7de3915ca30b4fcff7868dee160bc-arquivo.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2022.

ROSA, Claudia Dias. **O papel do pai no processo de amadurecimento em Winnicott**. Nat. hum., São Paulo, v. 11, n. 2, p. 55-96, fev. 2009. Disponível em
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302009000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 nov. 2022.

SANTOS, Kate Delfini; MOTTA, Ivonise Fernandes da. O significado da maternidade na trajetória de três jovens mães: um estudo psicanalítico. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 31, n. 4, pág. 517-525, dez. de 2014. Disponível em:
http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2014000400006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 22 de mai. 2022.

SANTOS, Nívea Cristina Moreira. **Assistência de Enfermagem Materno-Infantil**. São Paulo: Látia, 2012.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. Cadernos Pagu [online]. 2001, n. 16, pp. 137-150. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100008>>. Epub 11 Mar 2009. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100008>. Acesso em: 07 abr. 2022.

SILCA, R. S.; PORTO, M. C. (2016). A importância da interação mãe bebê. Ensaios e Ciência: **C. Biológicas, Agrárias e da Saúde**, vol. 20, n. 02, p. 73-78.
SILVA SOUZA, Bruna Moreira da; SOUZA, Simone Flores de; SANTOS RODRIGUES, Dra. Rosana Trindade dos. O puerpério e a mulher contemporânea: uma investigação sobre a

vivência e os impactos da perda da autonomia. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 1, p. 166-184, jun. 2013. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582013000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 maio 2022.

SILVA, Brenda Albuquerque Adriano da; BRAGA, Liliane Pereira. Fatores promotores do vínculo mãe-bebê no puerpério imediato hospitalar: uma revisão integrativa. **Rev. SBPH**, São Paulo, v. 22, n. 1, p.258-279, jun.2019. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582019000100014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 mai. 2022.

SILVA, Glauce Cerqueira Corrêa da *et al.* A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 65-76, dez. 2005. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582005000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 abr. 2022.

SILVA; Janaina, ARANHA, Maria de Fátima. Pode uma mãe não gostar de ser mãe? as controvérsias acerca do feminino. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

STRAPASSON, Márcia Rejane; NEDEL, Maria Noemia Birck Puerpério imediato: desvendando o significado da maternidade. **Revista Gaúcha de Enfermagem** [online]. 2010, v. 31, n. 3, pp. 521-528. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1983-14472010000300016>. Acesso em: mai. 2022.

TOURINHO, Julia Gama. A mãe perfeita: idealização e realidade - Algumas reflexões sobre a maternidade. *IGT na rede*, Rio de Janeiro, v.3, n.5, p. 1-33, 2006. Disponível em:
<http://igt.psc.br/ojs3/index.php/IGTnaRede/article/view/12>. Acesso em 25/10/2022

TRAVASSOS-RODRIGUEZ, Fernanda; FERES-CARNEIRO, Terezinha. Maternidade tardia e ambivalência: algumas reflexões. **Tempo psicanal.**, Rio de Janeiro , v. 45, n. 1, p. 111-121, jun. 2013 . Disponível em
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382013000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 out. 2022.

WINNICOTT, D. W. **Os bebês e suas mães**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ZANELLO, V.; PORTO, M. **Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a psicologia**. 1. Ed. Brasília – DF: [s.n.], 2016. 174 p. v. 1.